

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025, CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANO DA LEGISLATURA 2025-2028, REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2025.

Aos dezenove (19) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), no prédio-sede da Câmara Municipal, situado na Rua Otaviano Augusto de Araújo, nº quarenta e dois (42), Centro, nesta cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, às dezoito horas e trinta minutos (18h30), realizou-se a Vigésima Sessão Ordinária do Exercício de dois mil e vinte e cinco (2025), presidida e secretariada, respectivamente, pelos Vereadores **JAIRO SOARES FLAUZINO** (Presidente) e **VANIA FERNANDES DE MEDEIROS** (1ª Secretária), registrando-se a presença dos Vereadores **ANA KARINNE ARAÚJO DA NÓBREGA**, **CARLOS EDUARDO JOB GOMES**, **ERALDO ALVES DE ARAÚJO**, **FRANCISCO INÁCIO NETO**, **JAIRO SOARES FLAUZINO**, **JOSÉ DE ARIMATÉIA DE ARAÚJO**, **JOSÉ ROBERTO GARCIA DE ARAÚJO**, **STENIO GOMES ARAÚJO** e **VANIA FERNANDES DE MEDEIROS**. Em seguida à realização da chamada dos vereadores e à constatação de quórum regimental, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Iniciado o Expediente, consultou o plenário quanto à dispensa da leitura da Ata da Décima Nona Sessão Ordinária, o que foi acatado por todos e, nada havendo a ser discutido, após votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes. Na sequência, o Sr. Presidente, conforme o Requerimento nº 100/2025, de autoria do Vereador Jairo Flauzino, aprovado na décima oitava (18ª) Sessão Ordinária desta Casa Legislativa, suspendeu a presente sessão para convertê-la em **AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA À DISCUSSÃO DA SAÚDE DO MUNICÍPIO**, abordando, especialmente, a falta de médicos, a carência de medicamentos, as dificuldades na realização de exames e as condições de atendimento nas unidades de saúde municipais. A seguir, deu-se início a audiência convidando para compor a Mesa o Prefeito – **SR. ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO** e a Secretária Municipal de Saúde – **SRª. MARIA DE FÁTIMA BRITO**. Após, o Sr. Presidente **JAIRO FLAUZINO** afirmou que, como foi o autor do requerimento, gostaria de deixar claro que a pleita não era política, nem pessoal, mas sim comunitária. Disse ter certeza de que todos os vereadores diariamente recebiam questionamentos, perguntas e até pedidos de ajuda com relação a medicamentos. Explicou que, por esse motivo, foi realizada a presente sessão com audiência pública, para que fossem colhidos dados e, no que fosse possível, a Câmara de Vereadores ajudasse ao município, principalmente o Poder Executivo, com relação à saúde. Agradeceu, desde já, a presença da secretária, bem como dos que estavam presentes, mencionando o Secretário Aurélio, a Secretária de Finanças Claudinha, o Secretário Odilange, o Secretário Marconi, o Secretário Bernardo e o Secretário José Xavier, dando as boas-vindas a todos. Facultou a palavra à mesa diretora, caso alguém quisesse se manifestar. Orientou que aqueles que tivessem alguma pergunta poderiam procurar Geovani, informar o nome, e, por gentileza, usar o microfone para que ficasse registrado. Explicou que leva os questionamentos e demandas à secretária, e indagou o motivo de tanto burburinho sobre a falta de medicamentos, principalmente em relação à diabetes, pressão, depressão e alguns outros, que, se fossem listados, seriam vários. Ressaltou que havia uma dificuldade nacional no Brasil quanto à saúde, já mencionada em outra sessão, mas que também era preciso empenhar esforços para que as coisas funcionassem perfeitamente. Enfatizou que a secretária tinha liberdade para falar e explicar, ficando à vontade. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** saudou cordialmente o senhor presidente da Câmara Legislativa, o vereador Jairo Soares Flauzino, bem como todos os vereadores do município de Serra Negra do Norte, reconhecendo o importante papel que desempenhavam na defesa dos interesses da comunidade e na construção de políticas públicas em prol do desenvolvimento local. Solicitou que fosse incluída na pauta daquela reunião a apresentação da prestação de contas do relatório detalhado do quadrimestre anterior, do exercício de dois mil e vinte e cinco (2025), o RDQA, conforme estabelecido na Lei Complementar nº cento e quarenta e um (141), de treze (13) de janeiro de dois mil e doze (2012), no artigo trinta e seis (36), parágrafo quinto (5º). Destacou

que a solicitação encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde pelo presidente já estava contemplada na apresentação do RDQA de dois mil e vinte e cinco (2025). Registrou agradecimentos à Câmara Municipal pela atenção dispensada e pela compreensão diante das solicitações, ressaltando que o apoio daquela Casa Legislativa era fundamental para o fortalecimento das ações em benefício da população e para o compromisso conjunto com o desenvolvimento do município. Concluiu dizendo estar grata pela atenção e afirmou que seria feita a apresentação do relatório, pois estava incluída no requerimento encaminhado. O Vereador **JAIRO FLAUZINO** respondeu afirmando que a secretária poderia ficar à vontade. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** convidou o assessor de saúde Cristiano Canário, técnico responsável pela área, para apresentar o trabalho. O Vereador **JAIRO FLAUZINO** consultou o plenário sobre a possibilidade de ser feita a apresentação na audiência pública. A **Plenária** concordou que poderia ser realizada a apresentação. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** disse que, após a apresentação, seguiriam as discussões. O Vereador **JAIRO FLAUZINO** respondeu afirmando que estava de acordo. O **ASSESSOR DE SAÚDE – CRISTIANO CANÁRIO** cumprimentou a todos desejando boa noite, apresentou-se como colaborador do município de Serra Negra do Norte, na área de assessoria da saúde, e saudou o presidente da Casa, os vereadores presentes, o prefeito Acácio, a Secretária Municipal de Saúde Maria de Fátima, em nome de quem saudou os demais secretários da administração executiva do município. Destacou que aquele era um momento ímpar para realizar a prestação de contas, prevista na Lei nº cento e quarenta e um (141), que determinava a obrigatoriedade de, a cada quatro meses, comparecer à Câmara Legislativa para prestar contas sobre o montante de recursos arrecadados pelo município e aplicados, bem como sobre auditorias e ações de saúde, tanto na atenção básica quanto na média complexidade, vigilância em saúde, entre outras. Explicou que a primeira tela da apresentação mencionava a referida lei, citando o artigo trinta e seis (36), no qual se estabelecia que o gestor do SUS em cada ente da Federação deveria elaborar o relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior. Informou que o Ministério da Saúde havia disponibilizado aos municípios uma plataforma, anteriormente chamada RAG e atualmente DIGISUS, utilizada para instrumentos de gestão, planejamento e prestação de contas da saúde. Relatou que o sistema operava em conjunto com diversos outros sistemas do Ministério da Saúde, entre eles o Tribunal de Contas da União no tocante à estimativa populacional, o SINASC, referente a nascidos vivos, o SIM, referente à mortalidade, bem como informações de internações hospitalares. Ressaltou que haveria outros programas a serem mencionados ao longo da apresentação. Acrescentou que a primeira tela trazia a identificação do município, com informações retiradas do SIOPS, incluindo dados da Secretaria Municipal de Saúde, da gestão municipal, do prefeito e da secretária de saúde, além do telefone de contato. Mencionou ainda informações sobre o Fundo Municipal de Saúde, a lei de criação e o CNPJ, bem como sobre o Plano Municipal de Saúde vigente de dois mil e vinte e dois (2022) a dois mil e vinte e cinco (2025). Prosseguiu destacando dados populacionais atualizados de dois mil e vinte e quatro (2024), baseados na estimativa do Tribunal de Contas da União, após o Censo de dois mil e vinte e dois (2022). Informou que o município possuía trezentas e oitenta (380) crianças de zero a quatro (0 a 4) anos, correspondendo a quatro vírgula oitenta e sete por cento (4,87%) da população, público de grande frequência nas unidades básicas de saúde, especialmente devido ao acompanhamento e desenvolvimento infantil realizado por médicos e enfermeiros, além da vacinação. Ressaltou também a importância da faixa etária de mulheres de dez a quarenta e nove (10 a 49) anos, em idade fértil, que representavam cinquenta e seis vírgula oitenta e dois por cento (56,82%) da população, grupo que demandava ações de promoção à saúde voltadas, entre outros aspectos, à prevenção da gravidez na adolescência. Assinalou a relevância da população idosa, que representava dezenove vírgula setenta e nove por cento (19,79%) da população, composta por pessoas com sessenta (60) anos ou mais, muitas portadoras de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, destacando que a faixa de sessenta a sessenta e nove (60 a 69) anos correspondia a quarenta e nove vírgula oitenta e cinco por cento (49,85%) dos idosos. Registrou ainda que, diferentemente do padrão observado em outros municípios, Serra Negra do Norte possuía mais

homens do que mulheres. Na sequência, apresentou dados do SINASC sobre nascidos vivos, informando que os números ainda eram referentes a dois mil e vinte e três (2023), devido à demora na consolidação pelo Ministério da Saúde. Destacou que houve uma redução de cinco vírgula dezessete por cento (5,17%) em relação a dois mil e vinte e dois (2022), explicando que a queda era reflexo da mudança no planejamento familiar, com menos filhos por família em comparação a dez anos atrás. Abordou o tema das internações, explicando que os usuários que procuravam o pronto atendimento e necessitavam de serviços especializados eram encaminhados para municípios maiores, como Caicó, Currais Novos ou Natal, devido à ausência de hospitais de maior porte em Serra Negra do Norte. Salientou a importância do relatório de gestão como instrumento de planejamento para futuras ações. Demonstrou preocupação com o aumento dos casos de neoplasias, relatando que em apenas quatro meses, de janeiro a abril, ocorreram trinta e seis (36) internações relacionadas a essa patologia, número com tendência de crescimento até o fim do ano. Informou também que foram registrados treze (13) internamentos por doenças endócrinas, principalmente diabetes mellitus; dezessete (17) por doenças do aparelho respiratório, com destaque para o ano de dois mil e vinte e quatro (2024), quando houve setenta e um (71) internamentos; vinte e quatro (24) por doenças do aparelho digestivo; e quatorze (14) por gravidez, relacionados a partos. Ressaltou ainda que as doenças do aparelho circulatório, apesar de não liderarem os internamentos, eram a principal causa de óbitos no município e no país. Enfatizou a necessidade de atenção às causas externas de internação, principalmente decorrentes de acidentes de trânsito, mencionando que, provavelmente, os números não estavam relacionados a homicídios. Informou que essa preocupação já havia sido discutida no Conselho Municipal de Saúde, no mesmo dia, apontando a importância de ações de promoção à saúde para reduzir tais ocorrências, que elevavam significativamente os gastos do município e do estado. Por fim, relatou que até abril de dois mil e vinte e cinco (2025) haviam sido registrados cento e noventa e três (193) internamentos, o que correspondia a dois vírgula setenta e quatro por cento (2,74%) da população total do município. Observou que, embora o número pudesse parecer pequeno, era necessário reduzi-lo ainda mais, defendendo que o foco do município deveria ser o investimento maciço e a qualificação da atenção primária à saúde, a fim de evitar que os pacientes precisassem ingressar nos serviços de média e alta complexidade, mais caros e onerosos. Explicou que, nesses casos, aumentavam as despesas com medicamentos, transporte para traslado de pacientes, manutenção de veículos e deslocamento de profissionais de saúde, resultando em custos elevados ao final do processo. Tratando da mortalidade infantil, explicou que os dados referentes a esse tema estavam relacionados ao ano de dois mil e vinte e três (2023), ressaltando que o Ministério da Saúde necessitava de um tempo maior para consolidar as informações, em razão da existência de óbitos em processo de investigação para definição da causa definitiva da morte. Informou que somente após essa consolidação os dados eram fechados nos sistemas do Ministério da Saúde, possibilitando a operabilidade no sistema DIGISUS. Destacou que o município estava em processo de conferência para a construção do Plano Municipal de Saúde referente ao período de dois mil e vinte e seis (2026) a dois mil e vinte e nove (2029), ocasião em que seriam apresentadas informações atualizadas sobre a mortalidade do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), ainda em análise no painel do Ministério da Saúde. Sobre os dados de mortalidade de dois mil e vinte e três (2023), relatou que ocorreram dezesseis (16) óbitos por neoplasia, correspondendo a vinte e sete vírgula vinte e dois por cento (27,22%) do total de óbitos do município. Ressaltou o crescimento dessa taxa, que registrara doze (12) casos em dois mil e vinte e um (2021), onze (11) em dois mil e vinte e dois (2022) e dezesseis (16) em dois mil e vinte e três (2023). Em seguida, afirmou que as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por vinte (20) óbitos, atingindo vinte e dois por cento (22%). Já as doenças do aparelho respiratório registraram dez (10) mortes, equivalendo a treze vírgula oitenta e oito por cento (13,88%). Quanto às causas externas, foram nove (9) óbitos em dois mil e vinte e um (2021), oito (8) em dois mil e vinte e dois (2022) e sete (7) em dois mil e vinte e três (2023), a maioria, segundo ele, possivelmente resultante de acidentes de trânsito. No total, o município contabilizou setenta e dois (72) óbitos em dois mil e vinte e três (2023). Em seguida, tratou da produção da atenção básica, mencionando que todos os

atendimentos realizados nas unidades básicas de saúde estavam incluídos no relatório. Ressaltou que o sistema e-SUS ainda não dispunha de linhas ou tabelas capazes de detalhar algumas informações e relatou ter sugerido ao Ministério da Saúde a ampliação desses dados. Exemplificou com os números: dezoito mil seiscentas e quarenta e oito (18.648) visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários de saúde em quatro meses; quatro mil novecentos e oitenta e um (4.981) atendimentos individuais por médicos, enfermeiros e demais profissionais; dez mil setecentos e vinte e seis (10.726) procedimentos de nível médio e superior, incluindo curativos, aferição de pressão arterial e temperatura, além de aplicação de medicamentos; e oitocentos e noventa e nove (899) procedimentos odontológicos. Registrou que sugerira ao Ministério da Saúde que desmembrasse os procedimentos odontológicos, uma vez que atualmente constava apenas o número de indivíduos atendidos, sem detalhar os múltiplos procedimentos realizados. Sobre os atendimentos de média complexidade realizados no município, destacou que incluíam ações de promoção e prevenção em saúde, como exames laboratoriais, dos quais foram registrados nove mil setecentos e sete (9.707) procedimentos, representando trinta e sete vírgula cinquenta e três por cento (37,53%) de um total de vinte e cinco mil oitocentos e sessenta e dois (25.862) procedimentos. Informou ainda quatorze mil trezentos e vinte (14.320) procedimentos clínicos, o que correspondeu a cinquenta e cinco vírgula trinta e sete por cento (55,37%). Desse total, nove mil quatrocentos e trinta e cinco (9.435) procedimentos foram realizados por profissionais de nível superior, alcançando sessenta e seis vírgula nove por cento (66,9%). Relatou que, em quatro meses, foram realizadas mil (1.000) consultas especializadas por profissionais de nível superior; mil cento e nove (1.109) atendimentos em observação de até vinte e quatro (24) horas; cinco mil e quatro (5.004) atendimentos de urgência e emergência; mil cento e sessenta e oito (1.168) atendimentos médicos em unidade de pronto atendimento; mil cento e setenta e seis (1.176) acolhimentos com classificação de risco; e quatro mil trezentos e setenta e um (4.371) administrações de medicamentos em pacientes. Mencionou ainda o cadastramento da rede de unidades básicas de saúde no sistema SCNES, bem como a identificação da força de trabalho composta por profissionais autônomos, estatutários, intermediários e bolsistas, incluindo os médicos do programa “Mais Médicos”. Ressaltou também a inserção da Programação Anual de Saúde, elaborada a partir das metas do Plano Municipal de Saúde, como norteadora das ações da secretaria. Sobre auditorias, informou que o sistema DIGISUS fazia operabilidade com o DenaSUS e a Controladoria-Geral da União (CGU), e que, caso houvesse auditorias em curso, essas seriam automaticamente exibidas no sistema. Apresentou a parte financeira referente ao período de janeiro a abril. Informou que a arrecadação do município com impostos totalizou quinhentos e vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e três centavos (R\$ 529.382,03), destacando o imposto de renda como principal fonte, seguido do ISS. Ressaltou as transferências constitucionais, especialmente o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que representou seis milhões cento e sessenta e quatro mil noventa reais e noventa e seis centavos (R\$ 6.164.090,96). Explicou que, conforme determina a Lei nº 141, quinze por cento (15%) desse valor, ou seja, novecentos e vinte e quatro mil seiscentos e treze reais e sessenta e quatro centavos (R\$ 924.613,64), foi automaticamente destinado à saúde, e vinte e cinco por cento (25%) à educação. Relatou ainda que a segunda maior arrecadação veio do ICMS, no valor de um milhão novecentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e dois reais e cinco centavos (R\$ 1.935.822,05), totalizando uma receita geral de oito milhões setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e sessenta reais e seis centavos (R\$ 8.759.260,06). Sobre as transferências do governo federal, informou que, no mesmo período, foram repassados um milhão trezentos e cinco mil cento e setenta e oito reais e oitenta e um centavos (R\$ 1.305.178,81), o que representou quatorze vírgula noventa por cento (14,90%) da arrecadação total do município. Foi apresentado que a tela seguinte trazia gráficos referentes aos repasses por programa do Governo Federal. No primeiro gráfico, constava o valor de cinquenta e seis mil reais (R\$ 56.000,00), referente ao repasse do Ministério da Saúde para a manutenção da Estratégia Saúde da Família, contemplando quatro equipes. O município recebia quatorze mil reais (R\$ 14.000,00) por cada equipe. Ressaltou-se que esse valor era suficiente apenas para custear o salário de um médico, exigindo do gestor equilíbrio e cuidado no processo

administrativo, pois os recursos eram escassos. Informou que o município recebia dezoito mil e sessenta e três reais (R\$ 18.063,00) para manter três equipes de saúde local, o que incluía pagamento de profissionais, insumos e manutenção de consultórios odontológicos, que, por sua complexidade, demandavam constantes reparos. A equipe multiprofissional (Emulti) recebia doze mil reais (R\$ 12.000,00), valor que ainda permitia pequena sobra após o pagamento dos profissionais. Para os agentes comunitários de saúde (ACS), o município recebia cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais (R\$ 57.684,00), sendo necessário complementar com recursos próprios. Sobre os agentes de endemias, afirmou que o município recebia apenas nove mil cento e oito reais (R\$ 9.108,00) do Ministério da Saúde, valor insuficiente para a folha de pagamento, o que obrigava a complementação significativa com recursos municipais. A vigilância sanitária recebia mil reais (R\$ 1.000,00) por mês, recurso apenas estrutural, cabendo ao município a responsabilidade pelos pagamentos dos fiscais. Já a vigilância epidemiológica recebia dois mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos (R\$ 2.238,53), abrangendo serviços como vacinação. Quanto à assistência farmacêutica, relatou ser um dos maiores gargalos, visto que o repasse do Ministério da Saúde era de cinco mil quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos (R\$ 5.571,20), valor insuficiente para atender à alta demanda de usuários de medicamentos, a exemplo dos psicotrópicos. Para a média complexidade ambulatorial, o município recebia trinta e cinco mil cento e onze reais e noventa e quatro centavos (R\$ 35.111,94), valor que não custeava sequer metade dos plantões médicos. Quanto ao piso de enfermagem, o repasse girava em torno de trinta e nove mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos (R\$ 39.593,87), sendo um valor variável conforme a carga horária e movimentação dos profissionais. Destacou também o repasse de trinta e quatro mil quinhentos e quinze reais e trinta e nove centavos (R\$ 34.515,39) referente ao piso variável do componente de qualidade, nova modalidade do Governo Federal que substituiu o Previner Brasil, contemplando as equipes de Saúde da Família, de Saúde Bucal e multiprofissionais. Além disso, mencionou vinte e quatro mil reais (R\$ 24.000,00) do piso variável do componente de vínculo, voltado à Estratégia Saúde da Família e aos agentes comunitários. Somados todos os repasses do Ministério da Saúde, o município recebeu de janeiro a abril o montante de um milhão cento e setenta e nove mil quinhentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos (R\$ 1.179.543,72). Destacou ainda o programa LRPD (Laboratório de Prótese Dentária), que não constava no gráfico, mas que repassava onze mil duzentos e cinquenta reais (R\$ 11.250,00) dentro do programa Brasil Sorridente. No tocante ao investimento de recursos próprios, o município aplicou no período um milhão setecentos e sessenta e oito mil quinhentos e dezessete reais e trinta e nove centavos (R\$ 1.768.517,39), percentual superior ao mínimo de quinze por cento (15%) previsto em lei, alcançando vinte vírgula dezenove por cento (20,19%). Assim, houve um acréscimo de quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos (R\$ 454.628,39), correspondendo a cinco vírgula dezenove por cento (5,19%) a mais que o exigido. Comentou que, em outros estados, como Goiás, havia maior financiamento estadual na atenção básica, o que desafogava os municípios. Em contrapartida, no Rio Grande do Norte, o Estado não financiava a atenção básica desde dois mil e nove (2009), obrigando maior esforço dos municípios. Explicou também a classificação das subfunções orçamentárias: atenção básica (código 301), média complexidade (código 302), suporte profilático e terapêutico (código 303), vigilância sanitária (código 304), vigilância epidemiológica (código 305) e vigilância alimentar (código 306). No período, a despesa total foi de dois milhões seiscentos e noventa e cinco mil setecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos (R\$ 2.695.731,96), sendo um milhão noventa e três mil setecentos e trinta e sete reais e quinze centavos (R\$ 1.093.737,15), equivalentes a quarenta vírgula cinquenta e sete por cento (40,57%), destinados à atenção básica. Na média complexidade foram aplicados oitocentos e sete mil setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos (R\$ 807.781,59). Em suporte profilático e terapêutico foram investidos cento e setenta e sete mil setecentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos (R\$ 177.773,32). Na vigilância epidemiológica foram destinados cento e vinte e seis mil duzentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos (R\$ 126.276,22), abrangendo, sobretudo, a folha de pagamento dos agentes comunitários de endemias. Houve ainda quatrocentos e noventa mil cento

e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos (R\$ 490.163,68) de despesas em outras subfunções não classificadas. Destacou que, segundo o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), a despesa per capita em saúde do município, no quadrimestre, foi de trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos (R\$ 345,56). Estimou que, ao final do exercício, o custo por habitante poderia se aproximar de um salário mínimo. Afirmou que aquela outra tela também era de indicador. Explicou que, no item dois ponto dois (2.2), tratava da participação de despesa com pessoal, apresentando o total da despesa com pessoal. Informou que se tratava da questão dos estatutários, pessoas contratadas diretamente com o município, não estando ali a questão da terceirizada, alguns profissionais que eram terceirizados. Disse que a despesa chegou a quarenta e nove vírgula oitenta e seis por cento (49,86%), o que correspondeu a um milhão trezentos e quarenta e quatro mil noventa e um reais e noventa e cinco centavos (R\$ 1.344.091,95). Acrescentou que, conforme se observava na tela, o repasse do Ministério da Saúde dos programas, que foi de um milhão cento e setenta e nove mil reais (R\$ 1.179.000,00), não cobriu a despesa dos profissionais de saúde efetivos e contratados diretos. Ressaltou que o município teve que injetar recursos próprios para cobrir tal despesa, além de toda a demanda de custeio das unidades de saúde, citando gastos com energia, água, internet, insumos e material de expediente, o que aumentava ainda mais a despesa. Declarou que, em relação a medicamentos, o município de Serra Negra chegou a nove vírgula sessenta e cinco por cento (9,65%) da despesa total, alcançando o valor de duzentos e sessenta mil cento e trinta e oito reais e treze centavos (R\$ 260.138,13). Informou que, ao considerar quatro meses em que recebeu cinco mil quinhentos e setenta e um reais (R\$ 5.571,00), o total era inferior a vinte e três mil reais (R\$ 23.000,00), enquanto o investimento de recurso próprio foi superior a duzentos e trinta e sete mil reais (R\$ 237.000,00). Afirmou que, caso houvesse realmente um aumento significativo do repasse por parte do Ministério da Saúde, e que se o estado tivesse realizado repasses adequados nos anos anteriores, o município não precisaria ter um sacrifício tão grande com recursos próprios. Ressaltou que o município fazia isso por necessidade, sendo realmente um investimento alto. Relatou que, com relação à pessoa jurídica, o município teve um investimento de vinte e sete vírgula setenta e sete por cento (27,77%), chegando a setecentos e quarenta e oito mil seiscentos e quatro reais e setenta e seis centavos (R\$ 748.604,76). Explicou que estavam ali incluídas todas as empresas que prestavam serviços ao município na área da saúde. Esclareceu que, em relação a investimentos, o município, naquele primeiro quadrimestre, ainda foi tímido, o que considerou de certa forma natural, pois os investimentos exigiam priorização. Destacou que, na saúde, muitas vezes não havia escolha e era preciso priorizar situações emergenciais. Informou que o total investido foi de apenas cinco mil cento e vinte e um reais e oitenta e nove centavos (R\$ 5.121,89) durante o período, ressaltando que o investimento dependia muito de recursos federais ou estaduais para que o município pudesse ampliar sua atuação na área da saúde. Comentou que, recentemente, havia a questão do novo PAC, no qual o município foi contemplado com um combo de equipamentos, incluindo uma unidade odontológica móvel. Disse que todas as propostas já haviam sido encaminhadas ao ministério, aguardando apenas os pareceres de diligência para solução ou aprovação, estando a situação em *standby*. Finalizou agradecendo a todos os presentes na audiência, em especial aos parlamentares, ao Executivo, aos secretários, à população em geral e aos profissionais. Colocou-se à disposição de todos no que estivesse ao seu alcance para responder. Acrescentou que, caso não fosse possível esclarecer algum ponto, havia a certeza de que poderiam formalizar a resposta por meio de documento ou ofício escrito. Concluiu deixando todos à vontade para questionamentos. O senhor presidente, **JAIRO FLAUZINO**, perguntou se alguém da mesa queria fazer alguma pergunta. Informou que as inscrições já estavam abertas, dando prioridade, inicialmente, aos vereadores. O vereador **ERALDO ALVES** saudou o senhor presidente, os colegas vereadores e vereadoras, o excelentíssimo senhor prefeito Acácio, a secretária de saúde, na pessoa de quem saudou todos os demais secretários e secretárias municipais, além do público em geral e representantes de outras instituições, entre eles membros da igreja católica, a ex-vereadora Maria Otília e o ex-vereador Grimaldo. Ressaltou que toda a equipe de saúde estava presente e considerou isso muito importante, destacando a oportunidade de socializar informações,

adquirir novos conhecimentos e esclarecer dúvidas, que era o objetivo da audiência pública. O vereador dirigiu-se à secretária municipal de saúde para parabenizá-la pela coragem diante das limitações financeiras e da situação da saúde pública no país, no estado e também no município, que sobrevivia praticamente da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), inclusive em queda naquele momento. Acrescentou que era uma missão difícil gerir a pasta da saúde em um município pequeno e, por isso, parabenizou a secretária pelo desafio e pelo desprendimento, além da proximidade com a população. Afirmou que, mesmo quando não era possível atender a todas as necessidades, a forma de tratamento e acolhimento era um grande feito. O vereador destacou ações recentes, como a reabertura da Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade Cará-cará, que havia passado um tempo fechada, e da UBS do bairro Liberdade. Relatou que, às quatro horas (4h) da manhã, testemunhou uma equipe da saúde realizando coleta de exames na comunidade Rolinha, evitando que os moradores precisassem se deslocar até a cidade, o que considerou muito importante e um avanço. Mencionou ainda questionamentos sobre o gabinete odontológico móvel, reconhecendo que essa situação já ocorria anteriormente, e informou que o município deveria receber um novo veículo nos próximos dias. Ressaltou a transformação que considerou enorme no município com a implantação do plantão médico vinte e quatro horas (24h) todos os dias, diferente do que ocorria antes, quando havia apenas plantão aos sábados e domingos. Explicou que o hospital agora contava com equipe ampliada e até com maqueiro disponível para situações de emergência. O vereador afirmou reconhecer o compromisso, o desejo e a capacidade da secretária e do prefeito de oferecer uma saúde de qualidade à população. Destacou que a missão dos vereadores não era apenas aplaudir, mas também questionar, sugerir e fiscalizar, sempre com o intuito de melhorar. Acrescentou que era preciso enfrentar com realismo a difícil situação financeira e econômica do município, reforçando a importância da transparência, já que a legislação obrigava um investimento mínimo de quinze por cento (15%), mas Serra Negra já aplicava mais de vinte por cento (20%). Declarou que, na medida em que houvesse aumento nas receitas e arrecadações, o gestor municipal aplicaria cada vez mais na saúde. O vereador observou que sempre surgiam reclamações, especialmente sobre falta de medicamentos, mas ressaltou que era necessário compreender que os recursos eram limitados. Reforçou a importância de um bom atendimento, destacando que quem lida com pessoas doentes precisa oferecer acolhimento, seja pessoalmente ou ao telefone, mesmo quando a resposta fosse negativa. Enfatizou que esse atendimento humano vinha sendo praticado pela secretária. Finalizou afirmando que sempre defenderia o povo, mas que também era preciso compreender a realidade do município. Ressaltou a necessidade de buscar emendas parlamentares para ajudar a saúde, mencionando inclusive a cobrança ao governo do estado pela liberação de trezentos e quarenta mil reais (R\$ 340.000,00), recurso que aliviaria a situação. Concluiu reafirmando o compromisso de trabalhar de mãos dadas, ajudando a gestão e acreditando que a saúde de Serra Negra estaria a cada dia melhor para a população. Em seguida, o vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** saudou o senhor presidente, os colegas vereadores, o público presente e os que acompanhavam pelas plataformas YouTube e Instagram. Declarou que desejava falar sobre a saúde, parabenizando o prefeito, os secretários presentes, o público e, em especial, a secretária de saúde. Afirmou que, quando foi vereador em dois mil e dezessete (2017), seu principal pedido era por atendimento humano, pois muitas pessoas chegavam à secretaria acanhadas em busca de medicamentos ou exames e, às vezes, recebiam tratamento inadequado por parte de funcionários. Reforçou a necessidade de que todos os funcionários tivessem um atendimento semelhante ao da secretária Fátima, que sempre o atendeu bem, explicando quando não era possível resolver determinada situação. O vereador criticou comportamentos inadequados de alguns servidores que tratavam a secretaria como se fosse deles. Relatou um episódio em que, na maternidade, uma técnica de enfermagem tentou retirá-lo do local, o que considerou inaceitável, pois estava ali apenas para ajudar. Declarou que continuaria atuando dessa forma em qualquer unidade de saúde. Informou que havia apresentado um requerimento pedindo cumprimento da Lei número setecentos e sessenta e oito, de dois mil e vinte e um (Lei nº 768/2021), que estabelecia a obrigatoriedade da divulgação e atualização quinzenal, em meio eletrônico e com acesso irrestrito,

das listas de pacientes que aguardavam consultas médicas, exames, cirurgias e outros procedimentos. Considerou isso importante, pois muitas vezes os pacientes não sabiam sua posição na fila. Relatou que havia recebido ligação da secretaria informando que ainda havia um exame seu de dois mil e vinte e um (2021) pendente, o que considerou uma vergonha. Comentou sobre episódios de brigas e confusões na secretaria de saúde, envolvendo inclusive puxões de cabelo, o que considerou inadmissível em um espaço destinado ao atendimento da população. Ressaltou que essas situações precisavam ser punidas. O vereador destacou ainda o projeto de lei de sua autoria, aprovado pela câmara e sancionado pelo prefeito, em benefício das pessoas com autismo, ressaltando que a iniciativa partiu de um pedido de um cidadão do município chamado Moreira. Afirmou que era preciso ampliar a oferta de atendimento especializado, especialmente com neuropediatras, pois muitas famílias sofriam com a falta desse serviço. Finalizou agradecendo a todos. O vereador **ERALDO ALVES** declarou que já havia comentado com a secretária, mas solicitou que constasse em ata a sugestão de que, nas próximas audiências, fosse entregue impresso para cada vereador o relatório de prestação de contas, para que pudessem acompanhar, e que, no caso daquela audiência, o documento fosse posteriormente enviado, a fim de manterem o controle. Acrescentou apenas isso. A vereadora **VANIA FERNANDES** saudou o presidente, os colegas vereadores, a secretária de saúde, o prefeito, o público presente e todos que acompanhavam, desejando uma boa noite a todos. Recordou que, como já havia solicitado o vereador Eraldo, a prestação de contas deveria ser entregue impressa. Caso fosse necessário, pediu que fosse oficializado através de ofício pela secretaria da Casa. Ressaltou que, em prestações de contas anteriores, o material era entregue de imediato e que isso facilitava o acompanhamento da apresentação, além de permitir transmitir melhor as informações à população, fiscalizar e questionar no momento oportuno. Disse que, naquela audiência, ficaram de surpresa, sem condições de questionar adequadamente, já que a apresentação foi rápida e muitas pessoas nem entenderam as informações. Manifestou expectativa de receber a prestação de contas impressa daquela sessão para melhor compreensão. A vereadora afirmou ainda que os municípios do Brasil enfrentavam dificuldades, pois o Ministério da Saúde não repassava recursos suficientes e o SUS não atendia todas as necessidades, situação já antiga e triste. Declarou que os vereadores lidavam diariamente com reclamações de falta de medicação. Perguntou à secretária sobre o programa de insulinas e insumos, relatando que anteriormente os pacientes eram cadastrados na farmácia básica e recebiam mensalmente, mas que, de janeiro em diante, havia irregularidades. Citou o caso de uma pessoa que deixou de receber a insulina Lantus. Perguntou se o programa continuava ativo, se havia previsão de continuidade e quanto estava sendo investido nele. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que a insulina Lantus era disponibilizada na UNICAT, na rede estadual, mas que também havia falta lá, por ser um insumo muito caro. Informou que já haviam sido feitas duas compras de insulina no município durante sua gestão, mas que a demanda estava crescendo, pois alguns pacientes passaram de usar uma caneta para duas, três ou até quatro no mês, e a Lantus era uma das mais caras. Explicou que, ao adquirir insulina, deixavam de comprar outros medicamentos da atenção básica, por conta do orçamento reduzido. Disse que já havia solicitado levantamento aos agentes de saúde para planejar nova compra, de forma que não faltasse rapidamente. Ressaltou que, para obter insulina pela UNICAT, era necessário cadastro, receita médica, exames e formulário preenchido, o que podia ser feito até mesmo por médico da atenção básica. Acrescentou que a UNICAT disponibilizava também outras insulinas e que, embora o município já tivesse comprado mais de cem (100) frascos recentemente, a quantidade não foi suficiente nem para um mês. Informou ainda que outras medicações, como enalapril, estavam em falta na farmácia básica, mas eram distribuídas gratuitamente pela farmácia popular. Citou também o caso da dapagliflozina, remédio caro para diabetes, fornecido gratuitamente pelo governo federal. Reforçou que a questão da insulina era grave, pois muitas pessoas não tinham condições de comprar, e que a secretaria buscava alternativas para evitar a falta. A vereadora **VANIA FERNANDES** agradeceu à secretária e lembrou que, antes, o município realizava licitação que incluía insulinas, lancetas e ponteiras, o que cobria bem essa necessidade. Destacou que as pessoas sentiam falta do fornecimento na farmácia do centro de

saúde, pois muitas não tinham sequer dinheiro para o transporte até a UNICAT. Sugeriu que a secretaria, após o levantamento, buscasse parceria para viabilizar o cadastro dos pacientes na UNICAT, facilitando o acesso. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que a primeira compra havia sido baseada nos usuários já cadastrados, mas que, como o número aumentou, solicitou novo levantamento para planejar nova compra, de modo que o estoque durasse pelo menos um mês. A vereadora **VANIA FERNANDES** indagou que, como as pessoas questionavam muito, era sabido que o SUS não dava a assistência total necessária e os municípios ficavam em situação difícil, porque as pessoas necessitavam, mas infelizmente o SUS não atendia, principalmente quanto aos exames de alta complexidade. Afirmou que, como já havia sido dito por colega vereador, havia um exame de alta complexidade desde dois mil e vinte e um (2021), que era de responsabilidade do Estado, mas que não era realizado, recaindo injustamente sobre o município. Recordou que, anteriormente, havia um consórcio com o Copirn e o CIS Seridó, o que facilitava a assistência às pessoas. Questionou se o município mantinha a parceria fechada com esse consórcio. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que o Copirn e o CIS Seridó estavam ativos e que havia a quantidade de exames já realizados. Informou que poderia repassar posteriormente aos vereadores um levantamento da quantidade de exames realizados no ano através do consórcio, do Copirn e também pelo SUS, incluindo convênio com a Liga. Relatou que, através do sistema de regulação (Regula), foram realizados no ano cinquenta (50) densitometrias ósseas, cento e vinte e duas (122) tomografias, oitenta e três (83) ressonâncias, dezenove (19) cintilografias e uma (1) angiorressonância. Acrescentou ainda a realização de ultrassonografias, sendo trazido mensalmente um profissional para realizar atendimentos no município. Informou que, somente no município, haviam sido realizadas cento e sessenta (160) ultrassonografias, além de duzentas e cinquenta e cinco (255) autorizadas pelo consórcio, incluindo casos de urgência e emergência. Mencionou também exames de imagem, sendo oitenta e um (81) autorizados, mais vinte e dois (22) exames de imagem adicionais, nove (9) consultas com mastologista, trinta e duas (32) endoscopias, duas (2) eletroencefalografias com mapeamento e quinze (15) colonoscopias, destacando que este último exame era caro e realizado em Currais Novos pelo especialista Dr. Flaubert. Informou ainda a realização de cinco (5) consultas com gastroenterologista, enfatizando que todos os exames de endoscopia e colonoscopia eram custeados pelo consórcio. Ressaltou que, mesmo com dificuldades financeiras, o município priorizava as urgências e exames mais antigos, esclarecendo que em alguns casos os pacientes chegavam a realizar os exames de forma particular sem dar baixa no sistema. A vereadora **VANIA FERNANDES** comentou que quem tinha condições financeiras realizava os exames, mas quem não tinha permanecia esperando. Perguntou ainda se o profissional que fazia endoscopia ainda estava atendendo no município. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** esclareceu que não havia profissional realizando endoscopia no município, sendo os exames autorizados para Currais Novos através do consórcio, e que ainda não havia sido contratado profissional para atuar localmente. A vereadora **VANIA FERNANDES** recordou que antes havia um profissional que realizava endoscopia no município, o que era mais vantajoso, e acrescentou questionamento sobre medicamentos, citando especificamente a pregabalina, cuja falta vinha sendo reclamada pela população desde fevereiro. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que a pregabalina fazia parte da farmácia básica e que muitas pessoas vinham fazendo uso devido a diagnósticos como fibromialgia. Informou que havia sido realizada compra em fevereiro, com a empresa Cirúrgica Montebello, detentora da licitação vigente até o final do ano. Acrescentou que o distribuidor havia informado, por e-mail, a falta de matéria-prima, com previsão de fornecimento apenas para meados de outubro, após o dia quinze (15). Explicou ainda que outras medicações, como a duloxetine, também estavam em atraso pelo mesmo fornecedor, apesar de os pedidos já terem sido realizados. Ressaltou que havia comprovantes de todas as solicitações, mas que o problema era decorrente de fornecedores de outros estados, que venciam licitações mesmo estando distantes, gerando atrasos. A vereadora **VANIA FERNANDES** reforçou que a pregabalina não era uma medicação tão cara, fazia parte da farmácia básica e que havia licitação vigente até novembro, lamentando a falta de explicação

para a população. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** afirmou que sempre explicava à população a situação de falta do medicamento, reiterando que a licitação e compras haviam sido feitas, mas sem entrega por parte da empresa. A vereadora **VANIA FERNANDES** mencionou ainda a duloxetina, de valor mais alto e utilizada por pessoas que recebiam apenas um salário mínimo, além do succinato de metoprolol de vinte e cinco (25) miligramas, que também estava em falta. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** esclareceu que o succinato de metoprolol fazia parte da Farmácia Popular, sendo disponibilizado gratuitamente sob o nome comercial SeloZok, bastando apresentar a receita médica. Informou que, no município, a farmácia popular cadastrada era a de Rilva. O vereador **CARLOS EDUARDO (TIAGO)** solicitou questão de ordem e sugeriu aos colegas vereadores, em respeito ao público presente e a quem acompanhava a audiência, que cada vereador realizasse todos os seus questionamentos para que a secretária ou o prefeito respondessem, e depois passasse ao próximo, a fim de evitar que apenas um vereador tomasse todo o tempo disponível, considerando que o horário já estava corrido. O presidente **JAIRO FLAUZINO** concedeu a sugestão e indagou aos demais vereadores se concordavam. A vereadora **VANIA FERNANDES** aceitou a sugestão, pedindo desculpas por ter falado tanto. Destacou que a população muitas vezes desconhecia que a medicação era fornecida pela farmácia popular, sugerindo que na farmácia básica do centro de saúde houvesse orientação para que as pessoas procurassem esse serviço, como forma de propagar a informação. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** informou que a orientação já era realizada pela equipe da farmácia, e que os agentes comunitários de saúde levavam formulário em papel ofício para explicar à população. O presidente **JAIRO FLAUZINO** mencionou que o vereador José de Arimatéia (Nêgo de Eriberto) havia feito alguns questionamentos, e perguntou se a secretária e o prefeito desejavam responder ou se o assessor poderia esclarecer. O vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** questionou a secretária sobre a lei municipal número setecentos e sessenta e oito (768) de dois mil e vinte e um (2021), que obrigava a divulgação quinzenal em meio eletrônico de informações como fila de exames. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** disse que não conhecia a lei e solicitou que o assessor Cristiano Canário respondesse. O **ASSESSOR DE SAÚDE – CRISTIANO CANÁRIO** explicou que a lei era anticonstitucional, pois a Lei Federal treze mil oitocentos e cinquenta e três (13.853) de oito de julho de dois mil e dezenove (2019), Lei de Proteção de Dados, proibia a exposição de CPF e nome de pacientes em apresentações de indicadores de saúde, e que a lei municipal conflituava com essa norma federal. O vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** relatou um caso ocorrido no município, em que um médico teria rasgado o receituário de um paciente que não queria tomar a medicação prescrita, afirmando que isso não poderia ocorrer. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** explicou que tomou conhecimento do caso, esclarecendo que o paciente chegou solicitando uma injeção, que não estava prevista no protocolo de rinite e que ele já havia sido medicado. Ressaltou que o médico amassou o receituário de forma delicada e não por maldade, pois o paciente já estava medicado conforme prescrição, e reforçou que, como enfermeira, não poderia prescrever medicação sem autorização médica, salvo em protocolos de urgência e emergência. O vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** afirmou que sempre seguiu os conselhos de seu pai, que orientava a não “pisar demais”, pois isso poderia gerar problemas futuros. Ele relatou ter observado muitas pessoas subirem em palanques e afirmarem que Serra Negra estava cheia de rifas e que isso seria combatido, mas destacou que atualmente a cidade continua com rifas, utilizadas pela população para custear exames, consultas e cirurgias. Ressaltou que, recentemente, ainda recebia mensagens pedindo para organizar rifas, evidenciando a situação de clamor da população. O vereador mencionou a dificuldade do município em fornecer medicamentos, citando que a licitação realizada em fevereiro não havia surtido efeito até agosto, e que em setembro também não haveria entrega, prejudicando a população. Referiu-se à dipirona, explicando que um paciente relatou falta do medicamento de um grama (1g), mas que a farmácia disponibilizava apenas a de quinhentos (500) miligramas (mg), e que, quando o médico prescrevia a dose de mil (1.000) mg, o paciente precisava comprar, reforçando que muitas pessoas interpretam

equivocadamente a falta do medicamento. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** explicou que, em relação a exames e cirurgias de alta complexidade, infelizmente essas situações sempre ocorreriam, sendo necessário, muitas vezes, encaminhar os casos para judicialização. Esclareceu que há exames que custam quatro mil reais (R\$4.000) que o município não consegue fornecer, não estando disponíveis nem pelo consórcio, nem pelo SUS. Informou que, nesse caso, o procedimento é judicializar: o usuário chega à secretaria, recebe uma declaração de que o serviço não está disponível pelo SUS e encaminha o caso ao Ministério Público, conseguindo obter o exame, embora o processo, por vezes, demore. Citou que o mesmo ocorre com alguns medicamentos que precisam ser judicializados. Relatou que uma vez Ana Karinne procurou o município solicitando o canabidiol, medicamento destinado a crianças autistas, que é caro e requer judicialização para aquisição. Destacou que, embora atualmente o valor do medicamento tenha reduzido, em determinado momento um frasco chegava a custar novecentos reais (R\$900), e que o município não possui obrigação de fornecê-lo diretamente, sendo a judicialização a forma de acesso. Ressaltou que o mesmo se aplica a cirurgias complexas não oferecidas pelo SUS, e que o município orienta os usuários a seguir esse procedimento. O vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** questionou o prefeito sobre os autistas, indagando se, diante da sanção da lei, a implementação ocorreria apenas no próximo ano devido à falta de recursos, e solicitou esclarecimento sobre a situação. O Prefeito, **ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO**, respondeu, saudando o presidente e os vereadores, e destacou que, quanto à lei dos autistas, considerava que o depoimento deveria ser dado pelas mães das famílias atípicas, enfatizando que, em sua gestão, essas famílias vinham recebendo tratamento diferenciado, com sensibilidade e cuidado. Informou que recebeu recentemente um projeto da equipe de assessoria de engenharia para transformar o antigo hotel, mais recentemente utilizado pelo PETI, no Centro Especializado de Reabilitação e Inclusão. Esclareceu que o projeto arquitetônico havia sido entregue na semana anterior, ainda aguardando detalhamento financeiro, e compartilhou a informação em primeira mão. O prefeito fez um chamamento à Câmara para somar esforços na busca de recursos financeiros, destacando que as emendas parlamentares constituem a principal fonte de financiamento da saúde e de outras áreas de investimento. Relatou que, embora tenha solicitado apoio a todos os parlamentares, não recebeu sinalização de emendas da bancada de oposição, exceto do senador Styvenson, que destinou duzentos mil reais (R\$200.000) à saúde de Serra Negra, além de dois milhões e quarenta e seis mil reais (R\$2.046.000,00) para a obra da adutora. Destacou que a entrega do recurso foi registrada publicamente e prestou contas. Afirmou que era fundamental buscar os parlamentares, mencionando que procurou um parlamentar atualmente em mandato, que havia sido o mais votado no município. Relatou que visitou todos os gabinetes humildemente e que, ao solicitar ajuda para o município, recebeu como resposta que já havia feito demais por Serra Negra. O prefeito afirmou que, apesar das emendas de 2025 já estarem comprometidas, o projeto do Centro Especializado de Reabilitação e Inclusão atenderá pessoas com síndrome de Down, autistas, pacientes que sofreram AVC, traumas ou com problemas de locomoção, oferecendo atendimento especializado. Acrescentou que, assim que concluído o detalhamento financeiro, o projeto seria apresentado à sociedade, e ressaltou a intenção de buscar recursos ordinários ou incluí-lo no orçamento de emendas parlamentares do próximo ano. O vereador **FRANCISCO INÁCIO (JUNIOR INÁCIO)** cumprimentou o presidente, o prefeito, a secretária de saúde Fátima Brito, os colegas vereadores, o público presente, todos os secretários e os que acompanhavam pelas redes sociais, desejando uma noite abençoada a todos. Agradeceu pela realização da audiência pública, ressaltando a importância de ver o plenário lotado, diferentemente de outras audiências em que houve apenas uma pessoa presente. Parabenizou os presentes por participarem. Dirigiu-se à secretária Fátima Brito, parabenizando-a pelo trabalho desenvolvido na Secretaria de Saúde, destacando sua dedicação e preocupação com as necessidades da população. Relatou que costuma frequentar a secretaria para atender demandas de pessoas que o procuram, e sempre a vê trabalhando para resolver os problemas, ainda que por diferentes meios. Afirmou que a situação da saúde é difícil em todo o país, citando como exemplo o município de Caicó, e destacou a força de vontade e responsabilidade da secretária e de sua

equipe, mencionando nominalmente as servidoras Bárbara, Samanta, Lígia e Amanda. Afirmou que, ao visitar o centro de saúde Sueli, a unidade Paulina Bezerra e a maternidade hospitalar, observa melhorias significativas na saúde de Serra Negra. Recordou-se da gestão passada, criticando-a severamente, dizendo que, à época, a saúde do município havia “entrado na UTI e morrido”. Relatou que, naquele período, chegou a vender sua coleção de rosas do deserto para comprar medicamentos para a população, pois até dipirona faltava. Disse que, quando denunciou a falta de medicamentos, houve perseguição política ao povo. Afirmou que atualmente vê avanços, como maior oferta de exames e medicamentos, apesar de eventuais atrasos decorrentes de processos licitatórios. Destacou que muitas críticas são injustas, feitas por pessoas que recebem medicação gratuitamente e não reconhecem o benefício. Criticou a ex-secretária de saúde, afirmando que ela não era humana, ao contrário da atual gestão, que atende a todos sem distinção. Parabenizou todos os trabalhadores da saúde, reconhecendo o esforço deles diante de situações em que, muitas vezes, são injustamente maltratados por usuários. Disse ter pedido ao prefeito que escolhesse pessoas que entendessem a dor do próximo para compor a equipe e afirmou estar satisfeito com o resultado. Defendeu o médico Dr. Nicolas em relação a um episódio envolvendo um vídeo, afirmando conhecer seu caráter e ética profissional, e que apenas cumpriu corretamente seu dever ao prescrever e manter a medicação necessária ao paciente, tendo o médico recolhido educadamente a prescrição do paciente. Reconheceu que, eventualmente, faltam medicamentos devido à demora das licitações, mas pediu que fosse feita uma comparação entre a situação atual e a passada, ressaltando a ampliação de especialistas, exames e médicos. Criticou a dificuldade que algumas pessoas têm em compreender as limitações da frota de veículos da saúde, que foi recebida sucateada. Relatou que, em algumas situações, não é possível disponibilizar transporte imediatamente, e afirmou que mudou sua própria visão sobre o assunto ao perceber as dificuldades existentes. Disse que, no passado, foi criticado por buscar exames e medicamentos para pessoas que não apoiavam politicamente o prefeito, mas reafirmou que sempre ajudou a todos, independentemente de posição política. Declarou que, se algum dia ajudar apenas quem o ajudou ou quem ajudou o prefeito, deixará de ser humano, pois desde os quatorze (14) anos sempre buscou ajudar o próximo. Perguntou à secretária Fátima Brito sobre o pagamento atrasado do piso salarial referente ao mês de maio, de cinco (5) pessoas, defendendo que quem trabalhou tem direito a receber em dia. Encerrando, agradeceu a oportunidade e informou que havia conseguido, por meio de um amigo, levar no dia seguinte o menino José Vicente, filho de Radilma, para consulta com um geneticista em João Pessoa, reforçando que não deixa de ajudar o próximo. **A SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu à pergunta sobre o piso salarial, explicando que o piso é um incentivo, um complemento de salário destinado aos profissionais da enfermagem, abrangendo enfermeiros e técnicos de enfermagem que têm direito ao benefício. Informou que cinco (5) técnicos de enfermagem vinculados à APAMI não receberam o complemento, pois seus salários estavam defasados desde o ano de dois mil e vinte e quatro (2024) e não vinham sendo atualizados. Relatou que esses profissionais receberam, em dois mil e vinte e quatro (2024), apenas o complemento referente, sendo que o piso da categoria atualmente é de aproximadamente três mil reais (R\$ 3.000,00), enquanto o salário desses técnicos era de um mil e trezentos reais (R\$ 1.300,00) e pouco. Outras duas (2) profissionais receberam normalmente, pois haviam sido contratadas em outubro, com salário de um mil e quatrocentos reais (R\$ 1.400,00), equivalente ao salário mínimo vigente na época. Esclareceu que, ao receberem as informações, foi necessário lançar mensalmente os dados no sistema INVESTSUS, que exige a quantidade de enfermeiros e técnicos de enfermagem em atuação, e que o recurso vem diretamente do Ministério da Saúde. Informou que a falha no pagamento dos cinco (5) técnicos ocorreu devido à defasagem salarial, sendo percebida pelo Ministério apenas no mês de junho. Relatou que foi enviado um ofício solicitando o pagamento retroativo e que, no mês seguinte, todos os salários foram atualizados. Explicou que, com a atualização salarial, como o piso é um complemento, o valor recebido do Ministério diminuiu proporcionalmente, exemplificando que profissionais que recebiam um mil e quinhentos reais (R\$ 1.500,00) passaram a receber um mil e trezentos reais (R\$ 1.300,00) com o salário-base atualizado. Ressaltou que essas profissionais ficaram um ano e seis

(1 ano e 6) meses recebendo valores acima do devido, e que a falha não foi culpa de ninguém, mas que, a partir de agora, será necessária a atualização anual dos salários. Reforçou que, na planilha do INVESTSUS, constava como se essas técnicas recebessem apenas um mil e trezentos reais (R\$ 1.300,00). O **ASSESSOR DE SAÚDE – CRISTIANO CANÁRIO** complementou a explicação, esclarecendo que a situação foi resultado de uma decisão do Ministério da Saúde e não apenas do município de Serra Negra. Informou que havia municípios que pagavam profissionais por plantão, e não por salário fixo, e que o Ministério, no mês de junho, identificou inconsistências em salários abaixo do padrão, sem, no entanto, publicar cartilha oficial sobre o piso. Declarou que, para ele, que atua na área e realiza as informações, a medida foi uma surpresa. Explicou que, diante da inconsistência, foi necessário atualizar os salários informados no sistema de um mil trezentos e vinte reais (R\$ 1.320,00) para um mil quinhentos e dezoito reais (R\$ 1.518,00), correspondente ao salário mínimo vigente. Disse que foi encaminhado um ofício solicitando a reabertura do sistema referente ao mês de junho para atualização e que aguardam resposta do Ministério, com previsão de reiteração caso não haja retorno. O vereador **FRANCISCO INÁCIO (JÚNIOR INÁCIO)** agradeceu novamente à secretária e ao prefeito pelo funcionamento do plantão vinte e quatro (24) horas, destacando a quantidade de medicação necessária para mantê-lo. Recordou que, no passado, era preciso encerrar o plantão noturno ou suspender a distribuição de medicamentos por falta de recursos, e ressaltou que, apesar das dificuldades, o plantão está funcionando e a medicação continua sendo disponibilizada, desejando que o serviço beneficie cada vez mais a população de Serra Negra e parabenizando a gestão. O Presidente **JAIRO FLAUZINO** solicitou aos vereadores subsequentes que fossem mais diretos em suas perguntas, em respeito aos presentes, lembrando que no dia seguinte todos precisariam trabalhar e que a objetividade permitiria obter as informações necessárias e encerrar os trabalhos de forma mais ágil. O vereador **CARLOS EDUARDO (TIAGO)** cumprimentou o presidente, as colegas vereadoras, os colegas vereadores, o excelentíssimo senhor prefeito Acácio, os secretários presentes, a população que acompanhava pelas redes sociais e os funcionários da casa. Iniciou afirmando que, em sua opinião, a audiência pública deveria ser um espaço para debater, dar oportunidade aos secretários para falar e esclarecer dúvidas das pessoas que procuram os vereadores diariamente. Declarou que os vereadores são “o para-choque da cidade” e mencionou que não esperavam o formato apresentado, com a votação de uma prestação de contas que, segundo ele, tornou-se cansativa para muitas pessoas, destacando que cento e cinquenta e sete (157) pessoas acompanhavam pelas redes sociais do YouTube da Câmara. Afirmou que, por costume, as prestações de contas são apresentadas em sessões ordinárias, como ocorreu naquela ocasião, e que as audiências públicas, desde que está na Casa há quatro (4) anos, sete (7) meses e dezenove (19) dias, costumavam ser mais objetivas, com considerações iniciais da secretária e abertura para perguntas, tanto dos vereadores quanto da população. Registrou que fez aquele desabafo para que, em conjunto, buscassem evitar que nas próximas audiências ocorresse da mesma forma, para não se tornar cansativo para os presentes e para quem acompanhava pelas redes sociais, onde foram registradas críticas. Afirmou que seria direto em sua fala. Declarou que, em suas redes sociais, registrou que foi da base do prefeito na gestão passada e que realizava cobranças, como também continuaria fazendo, ressaltando que os questionamentos que faria à secretária também foram feitos na gestão anterior. Informou que os demais colegas que faziam parte da legislatura passada sabiam que suas afirmações eram verdadeiras. Afirmou saber do interesse e da boa vontade da secretária, assim como de todos, em fazer o melhor e ajudar a população de Serra Negra, destacando que não se tratava de questionar a boa ação dos envolvidos. Recordou que, no ano de dois mil e vinte e três (2023), participou de uma audiência pública em Caicó sobre a falta de insumos no hospital regional, onde, segundo ele, o secretário da instituição afirmou, em sua explanação, que não havia falta de nada e que tudo estava perfeito. Destacou acreditar que a audiência pública serve principalmente para esclarecer dúvidas da população. Informou que, como já havia sido amplamente tratado o tema de medicamentos, abordaria a questão das viagens para Natal e Caicó. Relatou que questionava bastante esse assunto, pois, em dois mil e dezoito (2018), passou nove (9) meses dirigindo a van para Natal e conhecia as dificuldades dessas viagens, especialmente para quem necessitava de

tratamento de saúde. Relatou um caso recente no qual foi procurado por um senhor que precisava de transporte para Caicó, para retorno de uma cirurgia, e que só foi informado da ausência do carro no momento em que o familiar ligou para a secretaria. Disse que, ao ser procurado, não pôde levar o paciente por não estar com veículo disponível e entrou em contato com o colega vereador Stenio no qual agradeceu, e foi informado ao senhor que não haveria carro para aquele dia, mas apenas para outras datas já programadas. Questionou se situações como essa continuariam ocorrendo e sugeriu que a secretaria entrasse em contato com os pacientes com antecedência, ligando pelo menos um dia antes. Reconheceu que não era obrigação responder por telefone particular, mas considerou que a secretaria possuía contatos de referência nas localidades, os quais ele mesmo já possuía e acreditava que permaneciam ativos. Indagou se a secretária tinha conhecimento do caso, quais medidas foram tomadas e se o funcionário responsável foi advertido, para evitar novas ocorrências. Abordou também a situação dos agentes de endemias, afirmando que estes tinham direito de prestar serviço até dezembro por meio de processo seletivo. Disse que recebeu a informação de Willam, que autorizou ser citado, de que, ao procurá-la na secretaria, a senhora teria afirmado que os agentes não permaneceriam porque não haviam aderido ao projeto do prefeito Acácio. Declarou que, se fosse mentira, era do referido agente, acrescentando que outro agente de saúde também estava presente no momento. Ressaltou que, por lei, os agentes deveriam ser contratados mediante processo seletivo e solicitou que, se estivesse errado, alguém apresentasse a lei. Relatou ainda que, no mês anterior, esteve no centro de saúde e ouviu de um funcionário que este havia sido contratado por uma empresa vinculada ao processo seletivo e que, naquele ano, a contratação foi feita por outra empresa que estava com pagamentos em atraso. Disse não saber se a situação já havia sido regularizada, mas afirmou que, em reunião entre o responsável pela empresa e a secretária, foi confirmado o atraso e a ausência de previsão para repasse dos valores. Por fim, tratou da questão das insulinas, afirmando possuir provas de que, certa vez, um cidadão foi à secretaria para buscar insulina e foi informado da ausência do medicamento, mas, ao questionar, foram apresentadas duas (2) unidades. Relatou que, acreditando haver estoque, indicou a outra pessoa que fosse buscar insulina, mas esta não conseguiu obtê-la. Deixou o questionamento sobre a ocorrência do fato, que disse saber ser verdadeiro, e indagou quais medidas estavam sendo adotadas para evitar falhas como essas. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** iniciou respondendo sobre a insulina, informando que, na primeira compra realizada, o fornecedor ficou devendo cinco (5) insulinas, cinco (5) canetas. Relatou que, enquanto participava de um congresso de secretários, recebeu ligação de Juá informando que as cinco (5) insulinas em atraso haviam chegado. Disse que, inicialmente, pensou em encaminhá-las para a farmácia, mas decidiu guardá-las na geladeira da secretaria, pois, se fossem enviadas para a farmácia, atenderiam apenas uma pessoa. Relatou que, no dia seguinte, uma pessoa procurou a secretaria solicitando insulina e foi atendida, sendo o fornecimento realizado por Juá, na sua ausência, e que, posteriormente, chegaram outras duas (2) pessoas, às quais também foram entregues duas (2) unidades cada uma. Explicou que, na realidade, deveria ter encaminhado as insulinas para a farmácia, mas como os pacientes procuraram diretamente a secretaria, os atendimentos foram realizados. Reforçou que se tratavam das cinco (5) unidades que o fornecedor estava devendo. Sobre a questão do transporte, afirmou que o problema era de difícil solução, visto que a secretaria não tinha condições de fornecer transporte para todos os solicitantes, sendo uma logística complicada. Relatou que estava sempre em contato com Bárbara, que a informava das demandas, e que procuravam alternativas para não deixar de atender as pessoas. Sobre o caso específico do senhor mencionado, declarou que imprevistos acontecem, como doença de médicos ou motoristas, e que, nesse caso, a situação ocorreu porque a responsável deixou para confirmar até a última hora, mas, no dia seguinte, surgiu outra viagem. Solicitou que Bárbara explicasse melhor o ocorrido. O vereador **CARLOS EDUARDO (TIAGO)** interveio afirmando que Bárbara não poderia falar, apenas fazer perguntas. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** pediu desculpas por não saber. Informou que organizava transporte com carros todas as semanas, sendo disponibilizados veículos de segunda-feira a domingo. Relatou que, naquela semana, haveria necessidade de deslocamento no domingo para levar uma pessoa a Apodi, mesmo nos finais de

728 semana, que correspondem à folga dos motoristas. Destacou que havia motoristas contratados,
729 mas que, por serem humanos, necessitavam de descanso, ressaltando, entretanto, que mesmo assim
730 os atendimentos não deixavam de ser realizados. Exemplificou com casos de pacientes que
731 precisavam ir para cirurgias aos sábados, em Natal, e para consultas em Pau dos Ferros, aos
732 domingos, sendo todos atendidos com transporte. Sobre o caso do senhor que teve problema com
733 transporte, afirmou que situações como essa ocorriam, não podendo garantir cem por cento (100%)
734 de eficácia. Explicou que o problema se deu por questões de logística e que a responsável havia
735 sido chamada atenção. Relatou que tentava sempre orientá-la, enfatizando a importância da
736 responsabilidade, sobretudo para avisar quando algo não poderia ser atendido. Disse que possuía
737 diálogo frequente com essa funcionária e que, quem ocupava cargo público, como ela mesma,
738 tinha o dever de estar sempre disponível, declarando que seu celular permanecia ligado em tempo
739 integral, especialmente por se tratar de saúde, que funcionava vinte e quatro (24) horas. Quanto à
740 questão de pagamentos, reconheceu as dificuldades enfrentadas. Explicou que os repasses do
741 governo federal, por vezes, sofriam atrasos, afetando principalmente os funcionários vinculados
742 ao instituto, os quais eram pagos com recursos federais, havendo complementação do Fundo de
743 Participação dos Municípios (FPM). Informou que, em alguns meses, a parcela do FPM, recebida
744 no dia dez (10), não era suficiente para cobrir toda a folha de pagamento. Disse que Cláudia ou
745 Acácio poderiam esclarecer melhor a situação, pois havia questões envolvendo o FINISA.
746 Esclareceu que os pagamentos eram efetuados, geralmente, entre os dias dez (10) e quinze (15) e
747 que, naquele mês, foram quitados no dia quinze (15). Sobre o processo seletivo, declarou já ter
748 participado de processos seletivos do município, mencionando que atuou como enfermeira no
749 Programa de Saúde da Família por muito tempo. Relatou ter realizado um processo seletivo em
750 julho de dois mil e dezesseis (2016), no qual trabalhou por seis (6) meses, sendo demitida em
751 dezembro do mesmo ano, sem recorrer judicialmente. Afirmou que, infelizmente, levam para a
752 questão política. Sobre o caso do agente mencionado, disse não se recordar de ter afirmado que a
753 não permanência estava ligada a questões políticas, mas que explicou que o contrato do processo
754 seletivo havia encerrado em trinta e um (31) de dezembro, como ocorreu com todos os contratos,
755 cabendo ao município decidir pela renovação ou não, o que não ocorreu. O Presidente **JAIRO**
756 **FLAUZINO**, interveio, orientando que, quando uma pergunta fosse direcionada à secretária, o
757 assessor de saúde, Cristiano Canário, poderia solicitar a permissão para falar, ressaltando que as
758 intervenções constantes estavam prejudicando a condução da sessão. O **ASSESSOR DE SAÚDE**
759 – **CRISTIANO CANÁRIO** pediu a palavra para esclarecer sobre a questão da prestação de
760 contas. O Presidente **JAIRO FLAUZINO** concedeu a permissão e reforçou que, nas próximas
761 vezes que fosse falar poderia solicitar que ele permitiria. O **ASSESSOR DE SAÚDE** –
762 **CRISTIANO CANÁRIO** esclareceu, em relação à prestação de contas, que eram seguidos os
763 atos normativos da Lei cento e quarenta e um (141). Informou que, no artigo trinta e seis (36) da
764 referida lei, constava que o gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) de cada ente federativo
765 deveria elaborar um relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, disponibilizado pelo
766 Ministério da Saúde. Explicou que, no inciso um (1), tratava-se do montante e da fonte de recurso
767 aplicados no período; no inciso dois (2), das auditorias realizadas ou em fase de execução, caso
768 existissem no município; e, no inciso três (3), da oferta e produção de serviços públicos da rede
769 assistencial própria, contratada ou conveniada. Ressaltou que era necessário seguir os atos
770 normativos e que, se a gestão anterior realizava de forma diferente, estava apresentando de maneira
771 equivocada. Destacou, ainda, que a audiência pública deveria ser solicitada pela Câmara, para que
772 a Secretaria Municipal de Saúde apresentasse os dados, por meio da comissão de saúde existente
773 na Câmara, juntamente com o presidente da Casa, oficializando as audiências dentro dos
774 quadrimestres: primeiro quadrimestre no mês de maio, segundo quadrimestre até o final de
775 setembro e terceiro quadrimestre até o final de fevereiro. Reforçou que a realização da prestação
776 de contas na Casa Legislativa estava prevista no parágrafo quinto (5º) da lei. O Vereador
777 **CARLOS EDUARDO (TIAGO)** esclareceu que, na verdade, não era que a gestão passada
778 realizava o procedimento de forma errada. Relatou que, diversas vezes, a própria Secretaria de
779 Saúde solicitava a esta Casa a realização de audiência para prestação de contas. Informou que o

requerimento do colega vereador solicitava uma audiência pública e especificava os pontos a serem questionados. Declarou que, em sua avaliação, o formato da audiência passou despercebido, reconhecendo que, se soubesse que a apresentação teria aquele formato extenso e causaria incômodo às pessoas, não teria votado favoravelmente. Esclareceu que imaginava tratar-se de um relatório dos seis (6) meses, contendo dados sobre exames realizados e medicamentos recebidos. Sobre o caso do cidadão mencionado, explicou que o problema não foi um carro quebrado, mas que a família havia comparecido diversas vezes, agendado e, em determinado dia, o agendamento fora esquecido. Relatou também outra situação em que foi solicitado um veículo para um senhor, cuja esposa tinha dificuldades, mas foi informado que ela deveria utilizar o carro de linha, que possuía apenas uma vaga disponível. Pontuou que seu questionamento dizia respeito à forma de responder às pessoas que procuravam a Secretaria. Destacou que sabia das dificuldades relativas à frota de veículos, por já ter participado da Secretaria de Saúde, mas defendeu a necessidade de avisar previamente e ter um plano alternativo em caso de imprevistos. Finalizou afirmando estar satisfeito com os esclarecimentos e agradeceu. O Vereador **STENIO GOMES** cumprimentou o senhor presidente, os colegas vereadores e o excelentíssimo senhor prefeito. Saudou, em nome da secretária Fátima, todos os secretários do Poder Executivo e toda a equipe da Secretaria de Saúde. Informou que seria breve em suas palavras, atendendo ao pedido do presidente para que houvesse objetividade a fim de que outros vereadores também tivessem oportunidade de falar. Questionou a secretária Fátima sobre o programa de glaucoma, destacando que diversas vezes a Câmara havia tratado do tema, principalmente acerca da falta de colírios. Solicitou que a secretária explicasse o procedimento adotado, mencionando a necessidade de cadastro prévio dos pacientes, que, segundo ele, não eram devidamente avisados. Solicitou que fosse esclarecido como funcionava o cadastramento, a periodicidade das consultas, que acreditava ser a cada três (3) meses, e a distribuição dos colírios. Declarou reconhecer os esforços da secretária e do prefeito Acácio para oferecer o melhor à população de Serra Negra. Ressaltou que a atual gestão havia implantado um plantão de vinte e quatro (24) horas, reativado o mini posto do Cará-cará, retomado a coleta de exames e disponibilizado uma frota de veículos que, em sua avaliação, não existia em gestões anteriores. Informou que observava veículos se deslocando de oito a nove (8 a 9) vezes por dia para Caicó, além de atendimentos em Natal, inclusive aos finais de semana, ainda que não fossem casos de urgência, evidenciando, em sua opinião, o compromisso da gestão com a saúde municipal. Reconheceu que a secretária assumira a pasta com frota sucateada, mas que estavam buscando melhorias, mesmo com recursos limitados. Destacou que as explicações do assessor Cristiano Canário haviam sido claras quanto aos recursos repassados, o que demonstrava à população que, apesar dos avanços, havia dificuldades. Finalizou reforçando seu pedido para que a secretária esclarecesse a questão do glaucoma. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** esclareceu que o programa de glaucoma existia há muito tempo e era um programa do Governo Federal. Informou que todos os municípios possuíam um teto financeiro para atendimento e que a demanda vinha crescendo. Relatou que, anteriormente, o município conseguia atender cem por cento (100%) dos pacientes com glaucoma a cada três (3) meses, mas que, atualmente, devido ao aumento de novos casos, o limite financeiro permitia atender cerca de cento e vinte (120) pessoas por trimestre. Informou que, na última triagem, nove (9) pacientes ficaram sem atendimento. Relatou que entrou em contato com o secretário de saúde de Caicó solicitando aumento do teto para inclusão desses pacientes, mas que o pedido foi negado, visto que Caicó também possuía um teto de quinhentos (500) e poucos pacientes e estava adotando sistema de rodízio: um trimestre o paciente era atendido, no seguinte ficava de fora. Ressaltou que o maior problema do programa era a distribuição de colírios, devido ao alto custo, sendo que a maioria dos pacientes comparecia apenas para receber a medicação. Explicou que, em fevereiro, alguns pacientes ficaram de fora por não apresentarem encaminhamento à Secretaria. Relatou que houve casos em que os encaminhamentos não foram encontrados, pois alguns pacientes os entregavam e outros levavam para casa e perdiam. Informou que o cadastramento era iniciado uma semana antes da data agendada para os atendimentos em Serra Negra e que, na primeira triagem, houve grande desorganização, mas que, na segunda, os problemas diminuíram e, na terceira, a organização foi

satisfatória, embora ainda tenham ficado pessoas, inclusive de primeira vez, sem atendimento. Esclareceu que esses pacientes seriam incluídos no próximo agendamento. Quanto à falta de colírios, informou que, na semana anterior, a distribuidora não havia entregue os medicamentos, o que deixou muitos pacientes sem receber. Comunicou que o problema ocorreu devido ao atraso do laboratório responsável pelo fornecimento. A vereadora **ANA KARINNE** saudou o excelentíssimo presidente, os colegas vereadores, o excelentíssimo prefeito presente na Casa e a excelentíssima secretária de saúde. Cumprimentou todos os presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais, desejando boa noite a todos. Pediu desculpas pela condição da voz, afirmando, no entanto, que seria possível compreender sua fala, e disse que tentaria ser direta para não ser repetitiva. Afirmou que, como representante do povo, cotidianamente estava nas ruas, sendo abordada por pessoas sobre diversas demandas. Ressaltou que a área da saúde era uma área que sempre apresentaria demandas, destacando que uma das principais reivindicações que recebia diariamente era em relação à falta de medicamentos. Declarou que não era de hoje que havia falta de medicamentos e que, em seus vinte (20) anos como vereadora, em todos os mandatos houve registros de desabastecimento. Pontuou que, durante a audiência, foi mencionado o atraso no fornecimento de medicações, citando, inclusive, medicamentos como a duloxetine e a pregabalina, cujo fornecimento não estava ocorrendo por atraso da empresa vencedora da licitação. Relatou que algumas pessoas estavam há quase três (3) meses sem receber essas medicações e questionou se o município já havia notificado a empresa responsável. Indagou também qual era o prazo permitido pela prefeitura para atraso na entrega dos medicamentos antes da notificação. Em seguida, mencionou a questão do atendimento aos pacientes com glaucoma, afirmando que diversas pessoas que já faziam uso contínuo do colírio ficaram sem o medicamento. Disse que possuía uma relação com os nomes dessas pessoas e que elas não eram pacientes novos, reforçando que o tratamento era essencial e que o colírio possuía alto custo. Informou que inclusive, durante uma sessão anterior, recebeu mensagens de pessoas relatando que continuavam sem o medicamento. Destacou que, apesar da explicação dada pela secretária de saúde, esperava que a situação fosse resolvida e que todos os pacientes fossem contemplados no próximo atendimento. Tratou, ainda, da Lei Municipal nº 794/2022, aprovada e sancionada em dois mil e vinte e dois (2022), que garantia a verba indenizatória anual de R\$ 1.000,00 (mil reais) aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Endemias (ACE) para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), protetor solar, protetor labial, calçados, chapéus, mochilas e fardamento. Ressaltou que, desde a aprovação da lei, os pagamentos eram realizados até junho, mas que, naquele ano, já estavam próximos de setembro e os agentes ainda não haviam recebido o benefício. Afirmou que havia agentes com EPIs danificados e que a lei permitia a abertura de crédito especial ou suplementação orçamentária para garantir o repasse. Questionou quais providências estavam sendo tomadas pelo Executivo para solucionar a questão. Comentou, também, sobre a dificuldade de acesso a exames de alta complexidade e a medicamentos de alto custo, como o Forxiga, relatando que recebeu reclamações de pessoas que não conseguiram o medicamento nem na farmácia nem na secretaria de saúde. Agradeceu a presença de todos e destacou a importância da audiência pública, afirmando que os dados apresentados eram relevantes para a compreensão da realidade do município. Ressaltou, ainda, que os problemas na saúde eram inúmeros, mas que esperava a resolução principalmente em relação às medicações de uso contínuo para pessoas que não podiam arcar com os custos. Por fim, acrescentou um último questionamento referente às atividades físicas na academia pública Creuza Ramos, especialmente as aulas de dança, que chegaram a reunir cerca de cem (100) mulheres e que, além do exercício físico, eram relatadas como um importante recurso para a saúde mental. Disse que já havia protocolado requerimento sobre o assunto e recebido resposta do Executivo informando que o processo de contratação de um profissional estava em andamento, mas que, passados alguns meses, o serviço ainda não havia sido retomado. Reiterou o questionamento sobre a situação das atividades físicas, e sobre a verba indenizatória dos agentes de saúde. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** informou que, sobre a academia de saúde, no início de janeiro foi feito um convite ao profissional que já trabalhava no município,

mas ele recebeu uma proposta melhor em seu município de origem e não aceitou. Relatou que, após isso, foram feitas novas propostas a outros profissionais. Explicou que não entendia muito bem sobre licitação e que Jaibson, que estava presente anteriormente, poderia ter esclarecido melhor, mas já havia se retirado. Acrescentou que já foi realizado um processo seletivo para educador físico e que este seria convocado, uma vez que estava tudo pronto para o chamamento do candidato classificado em primeiro lugar. Informou que, quanto à parte da dança, seria realizado um novo processo para verificar o interesse de profissionais. Em relação aos agentes de endemias, esclareceu que a verba indenizatória, na realidade, chegava em setembro, sendo uma parcela extra recebida nesse período. Disse que consultou a assessoria jurídica e o contador e que já haviam sido tomadas as providências necessárias, restando apenas aguardar a disponibilidade financeira para efetuar o pagamento. Destacou que, com essa parcela de setembro, seria possível realizar também o pagamento do fardamento. Declarou não ter certeza se nos anos anteriores o pagamento em junho era feito com base nessa parcela de setembro, mas assegurou que os agentes receberiam, dependendo apenas da entrada da receita para o repasse. Na sequência, a vereadora **ANA KARINNE** questionou a secretária sobre a questão da medicação, afirmando que, em sua fala, havia sido mencionado que a falta de medicamentos ocorria em razão do atraso da empresa. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que a empresa justificou a ausência de fornecimento pela falta de matéria-prima no laboratório. Informou que, por esse motivo, ainda não havia sido feita a notificação e que estava aguardando uma resposta da empresa, a qual havia se comprometido a verificar a situação e retornar com uma justificativa. O vereador **JOSÉ ROBERTO** saudou o presidente, os colegas vereadores, a secretária municipal de saúde, os secretários presentes, os funcionários da gestão municipal, as pessoas presentes no debate sobre políticas públicas de saúde e aqueles que acompanhavam pelas mídias sociais da Câmara Municipal. Declarou sua alegria com o requerimento do vereador para a realização da audiência pública, informando que foi um dos que subscreveu, ressaltando ser papel da Câmara convidar a gestão pública para esclarecimentos. Parabenizou a secretária de saúde, Maria de Fátima Brito, destacando a dificuldade da pasta que ela enfrentava. Relatou que acompanhava de perto o trabalho dela, tanto por telefone quanto em visitas à secretaria, e observava o esforço para oferecer o melhor à saúde do município. Citou um filósofo que dizia que “a política é a arte de governar, é a arte de organizar” e afirmou que a secretária se empenhava para oferecer o melhor aos munícipes. Pontuou os atendimentos realizados duas vezes por mês na zona rural, ressaltando a importância e a abrangência desses serviços médicos, odontológicos e de enfermagem. Mencionou os elogios que ouviu sobre o plantão de vinte e quatro horas e sobre as castrações de animais de rua em Serra Negra, destacando-as como ações de saúde pública. Parabenizou pela efetivação da emenda do deputado Francisco, destinada às castrações, e pela organização do projeto de meias de compressão, autorizado por lei desde dois mil e vinte e dois e nunca implementado, mas que estava em fase de estruturação pela secretaria. Reconheceu o esforço da secretária em fornecer medicamentos de alto custo, citando valores de trezentos, quatrocentos e quinhentos reais, e destacou a recuperação da UBS do Cará-cará. Falou sobre a importância do respeito mútuo entre população e servidores públicos, ressaltando que tanto quem procura quanto quem presta o serviço deve manter o respeito, pois, muitas vezes, o cidadão já chega exaltado e, caso o funcionário responda da mesma forma, o conflito se intensifica. Solicitou ao prefeito Acácio e à secretária de saúde que continuassem lutando por melhorias para a população, sem distinção política, prezando pela transparência e pela verdade, destacando que a secretária sempre justificava, com transparência, quando algo não podia ser realizado. Por fim, realizou dois questionamentos: primeiramente, sobre os motivos que levaram Serra Negra a ficar no vigésimo quarto lugar na avaliação da atenção básica em saúde dos municípios nos primeiros quatro meses da gestão de dois mil e vinte e cinco; e, em seguida, sobre a demora na realização de exames, especialmente ressonâncias e tomografias, questionando se o problema era da secretaria ou decorrente de trâmites do governo estadual. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** informou que a questão dos indicadores seria repassada para a coordenadora técnica, que possuía mais detalhes para explicar. Em seguida, respondeu à pergunta sobre a demora

nos exames de tomografia. Explicou que o município possuía uma PPI – Programação Pactuada e Integrada – com outros municípios para autorizar exames de média e alta complexidade. Relatou que essa PPI estava sendo reformada e que haveria uma reunião no dia seguinte para discutir o assunto, pois o quantitativo de exames disponíveis era pequeno. Informou que o município dispunha de apenas um ou dois cateterismos por mês, quantidade que considerava muito baixa. Acrescentou que os exames de ressonância também eram poucos e que, por esse motivo, os consórcios auxiliavam bastante, principalmente nos casos de urgência, os quais não passavam pelo sistema e eram autorizados diretamente, conforme a disponibilidade financeira, como ocorria com os ultrassons de gestantes. Destacou que essa dificuldade não era exclusiva de Serra Negra, mas de praticamente todo o país, e que a principal razão para a demora era o teto limitado da PPI, considerado muito pequeno para a grande demanda. Informou ainda que havia uma proposta no Ministério da Saúde para aumento desses valores destinados a cada município.

A COORDENADORA TÉCNICA – MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE (OINHA) informou que estava na coordenação da assistência primária à saúde, que correspondia à assistência básica e que deveria ser ordenadora e coordenadora de todas as ações de saúde. Relatou que, antigamente, existia o PMAQ, iniciado há mais de oito (08) anos, o qual funcionava como um incentivo aos profissionais da assistência básica para que se empenhassem em atingir os indicadores. Explicou que o PMAQ passou a se chamar Previne e, no ano em curso, recebeu uma nova denominação, a qual não recordava, justificando que havia mudanças frequentes. Esclareceu que o Ministério da Saúde possuía indicadores para avaliação de todas as equipes de saúde e, ao final de cada quadrimestre, atribuía um conceito a cada equipe, podendo ser desempenho suficiente, regular, bom ou ótimo, de acordo com os indicadores que eram avaliados anteriormente no Previne. Informou que, a partir de junho, houve a adoção de um novo elenco de indicadores e que, naquele ano, o Ministério da Saúde comunicou que não pagaria o incentivo com base neles, determinando que todas as equipes receberiam o conceito de bom e que deveriam dedicar-se à reorganização do cadastro dos cidadãos. Explicou que, antes, o cadastro era feito pelos agentes de saúde com base na quantidade de famílias em cada unidade, mas que, atualmente, era realizado por cidadão. Informou que o Ministério da Saúde determinou a correção de erros e inconsistências no cadastro das famílias, e que, apesar disso, as consultas e visitas continuaram acontecendo normalmente, sendo a alimentação das informações no sistema intensificada posteriormente, com o apoio de assessores técnicos, Bruno e Olendina. Relatou ainda a implantação da equipe de saúde do bairro da Liberdade, informando que, na equipe do bairro Arécio, havia quatro (04) agentes comunitários de saúde para cerca de mil (1.000) cidadãos, enquanto na unidade de Sueli havia mais de três mil (3.000) cidadãos cadastrados. Explicou que houve a necessidade de remanejar parte dessa população da unidade de Sueli para a unidade da Liberdade, em razão da determinação do Ministério da Saúde sobre a quantidade mínima e máxima de cidadãos por unidade. Esclareceu que o agente de saúde do bairro da Liberdade precisava estar lotado naquela unidade e que, para completar o número necessário de cidadãos, foi necessário transferir parte da população da unidade de Sueli, que estava sobrecarregada. Relatou que houve questionamentos sobre a definição do território de atendimento e explicou que este também era um critério de avaliação, não sendo viável transferir pessoas do centro, próximas à unidade de Sueli, para a unidade da Liberdade. Informou que havia um projeto para instalação de uma unidade de saúde no bairro da Lagoa ou, ao menos, para divisão do atendimento entre a Liberdade e a Lagoa, contemplando todo o município. Explicou que, enquanto isso não ocorria, dois (02) agentes de saúde da unidade de Sueli, que atendiam a população da Lagoa, foram lotados no bairro da Liberdade. Reconheceu que o deslocamento até a Liberdade era ruim para os moradores da Lagoa, mas que a solução encontrada foi dividir o atendimento da equipe, realizando consultas no hospital às terças e quintas-feiras para facilitar o acesso. Ressaltou que essa organização visava garantir que os cidadãos estivessem devidamente cadastrados em suas unidades de referência. Informou que, por não terem priorizado a inserção adequada das informações no sistema, o município caiu da posição cento e quarenta e seis (146) para cento e cinquenta e quatro (154) na avaliação do Ministério da Saúde, enfatizando que isso não ocorreu por falta de assistência ou por baixa qualidade do serviço,

mas sim por estarem cumprindo as orientações ministeriais sobre reorganização do cadastro. Finalizou destacando que os assessores do programa poderiam confirmar as informações apresentadas. O vereador **JOSÉ ROBERTO** declarou que tinha muitas perguntas e questionamentos a fazer, mas que não seria possível. Afirmou que gostou da resposta de Oinha, por considerá-la sensata. Comentou que muito se falou sobre a questão dos indicadores e que nem tudo que era visto na internet deveria ser considerado sem uma análise, pois, às vezes, julgava-se algo sem conhecer o real significado. Ressaltou que, por isso, tinha o cuidado de fazer perguntas. Referiu-se também às ressonâncias, mencionando que muitas pessoas diziam que não estavam sendo realizadas com rapidez. Acrescentou que havia outra situação, já explicada pela senhora Maria de Fátima Brito, sobre a qual pretendia se aprofundar, mas que, devido ao tempo, não seria possível. Finalizou agradecendo pelas respostas. O vereador **JAIR FLAUZINO** utilizou parte do seu tempo para apresentar ponderações, considerações e seu ponto de vista como legislador do município com relação à saúde. Declarou, com respeito aos presentes, que ainda haveria espaço para questionamentos do público e que respeitava todos os posicionamentos apresentados, porém afirmou que esperava mais contundência nas respostas à população de Serra Negra do Norte quanto às soluções apresentadas, sendo este seu panorama de vista. Informou que, a partir de estudos realizados, sugeria à equipe, com relação à questão levantada pelo vereador José de Arimatéia sobre a lista de pacientes, que, mesmo com a restrição legal de proteção de dados, fosse possível, mediante abertura e eventual emenda a projeto, disponibilizar informativo com os últimos dez (10) pacientes e sua situação na fila de exames, por exemplo, dez (10) tomografias previstas para os próximos sessenta (60) dias. Ressaltou que tal medida poderia trazer esperança às pessoas que aguardavam, muitas delas sem condições de custear o exame e enfrentando enfermidades. Acrescentou que acreditava ser possível, com união, dedicação e amor, manter a população informada sobre os processos e prazos de exames. Relatou que, em estudos realizados sobre a saúde do município, com auxílio de pessoas com maior conhecimento na área, constatou que a execução orçamentária da saúde, apesar da dotação inicial significativa aprovada, encontrava-se, até agosto, abaixo do necessário. Parte considerável dos recursos estava apenas empenhada e não liquidada, revelando atraso entre registros e execução de serviços, além de indicador pago/liquidado abaixo do ritmo sugerido, gerando atrasos financeiros a fornecedores e possível falta de medicamentos e insumos. Observou que, apesar do cumprimento do mínimo constitucional de quinze por cento (15%) exigido pela Lei Complementar nº 141/2012, havia risco de, sem aceleração na execução no segundo semestre, o exercício ser encerrado abaixo do limite, com consequente apontamento no SIOPS e possível bloqueio de transferências voluntárias e emendas parlamentares. Pontuou que a subexecução era mais evidente em material de consumo, especialmente medicamentos, com empenhos em aberto e sem liquidação, significando que, embora contratados, os medicamentos não chegavam às unidades, o que justificava as queixas da população. Destacou ainda o acúmulo de restos a pagar, possivelmente da gestão anterior, adiando pagamentos essenciais e estrangulando fornecedores, o que desestimulava entregas e aumentava o risco de interrupção de contratos. Mencionou a elevada concentração de compras em poucos fornecedores, o que fragilizava a rede de abastecimento e aumentava o risco de colapso caso houvesse atrasos. Criticou a execução financeira não linear, com concentração de gastos no fim do exercício, e a falta de clareza no plano de execução por blocos de financiamento, conforme a Portaria GM/MS nº 3.992/2017, observando que recursos poderiam estar parados enquanto havia falta de insumos. Apresentou recomendações técnicas, como priorizar a liquidação e pagamento de medicamentos e insumos já empenhados, acelerar a execução até dezembro para garantir o mínimo constitucional de quinze por cento (15%), promover transparência ativa na divulgação de saldos e execuções por bloco de financiamento, elaborar plano emergencial de compras com atas regionais e consórcios para evitar desabastecimento, diversificar fornecedores e implementar calendário público de pagamentos priorizando a assistência farmacêutica. Finalizou agradecendo aos presentes, ao prefeito Acácio, à secretária Maria de Fátima Brito e aos vereadores, declarando que, apesar da participação produtiva, seu sentimento era de preocupação e falta de perspectiva diante da situação da saúde municipal, que, segundo suas palavras, “estava na UTI e permanecia

lá”. Ressaltou que estava à disposição para somar forças e colaborar, pedindo que houvesse diálogo e clareza para que a população fosse devidamente informada. O **PREFEITO – ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO** questionou se teria oportunidade de falar. O presidente **JAIRO FLAUZINO** respondeu afirmativamente, afirmando que o deixara por último para que pudesse falar após ouvir as demais pessoas e solicitou que, ao se pronunciarem, os presentes informassem seus nomes para constar em ata. O cidadão **JOSÉ LUIZ DA SILVA** cumprimentou a todos, ao presidente e aos vereadores, e declarou que considerava o prefeito Acácio um herói, em razão da situação da saúde que este assumira. O presidente **JAIRO FLAUZINO** advertiu que o espaço estava destinado a perguntas. O cidadão **JOSÉ LUIZ DA SILVA** replicou, questionando se, em outra gestão, diante de uma prestação superior a trezentos mil reais (R\$ 300.000,00) mensais, seria possível manter a saúde. O presidente **JAIRO FLAUZINO** informou que o dinheiro da saúde não fora comprometido. O cidadão **JOSÉ LUIZ DA SILVA** manifestou discordância, afirmando que, diante de uma prestação superior a trezentos mil reais (R\$ 300.000,00) mensais não sabe como não comprometia a saúde, e não compreendia a situação, questionando se esse valor seria para “botar fogo”. O vereador **JAIRO FLAUZINO** esclareceu que tanto a secretária Fátima quanto o prefeito tinham conhecimento de que os recursos destinados à saúde não estavam sendo utilizados para pagamento da prestação mencionada. Reconheceu que o prefeito enfrentava dificuldades com tal prestação e afirmou que ele próprio sempre se posicionara contra a mesma em Serra Negra, permanecendo com essa posição até o fim. Ressaltou que o município também enfrentava dificuldades em razão dessa obrigação financeira, mas reiterou que isso nunca fora ocultado. Declarou compreender a problemática que o prefeito Acácio enfrentava com relação a essa prestação, mas não podia falar que estava sendo tirado da saúde para pagar a prestação. O cidadão **ROMÁRIO JOSÉ DA SILVA** cumprimentou a todos e questionou a secretária de saúde, Maria de Fátima Brito, sobre a questão dos funcionários, especificamente em relação aos horários. Indagou se existia algum meio ou mecanismo, semelhante ao que seria adotado na Câmara, para registrar os horários de entrada e saída dos servidores. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que o ponto eletrônico encontrava-se desativado e que a questão já havia sido considerada anteriormente. Informou que, no momento, não havia condições financeiras para sua implantação. O cidadão **DAVID RAFAEL** cumprimentou o prefeito, a secretária, os vereadores e o público presente. Relatou que havia anotado sua pergunta para não se perder no raciocínio e, então, questionou a secretária sobre a suspensão de atendimentos em unidades de saúde quando médicos ou servidores não podiam comparecer. Citou como exemplo a unidade da Serranegrinha, que permaneceu dias fechada devido à necessidade de cirurgia de uma atendente. Perguntou por que, em vez de providenciar substitutos, preferia-se suspender os atendimentos e deixar a população desassistida. A **SECRETÁRIA DE SAÚDE – MARIA DE FÁTIMA BRITO** respondeu que, no bairro da Liberdade, o médico responsável, Dr. Matusalém, havia passado por uma cirurgia de urgência e estava de atestado médico. Explicou que, durante um mês, não havia obrigatoriedade de contratar outro profissional e que, em casos de necessidade, a população era informada de que poderia buscar atendimento médico de urgência no plantão 24 horas, além do suporte oferecido por médicos de outros bairros. Ressaltou que, embora não houvesse atendimento médico no local, enfermeiro e técnico de enfermagem permaneciam na unidade. O presidente **JAIRO FLAUZINO** agradeceu a participação do público e concedeu a palavra ao prefeito Acácio. O **PREFEITO – ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO** iniciou sua fala expressando gratidão à Casa Legislativa pela oportunidade de prestar esclarecimentos, agradecendo aos vereadores, vereadoras, à equipe presente, à secretária de saúde Maria de Fátima Brito, aos profissionais Cristiano e Bruno, além de cumprimentar os cidadãos e cidadãs presentes na plenária e os que acompanhavam pelas redes sociais. Relatou que, em cento e cinquenta e um anos de emancipação política do município, apenas nos últimos oito meses houve assistência médico-hospitalar durante vinte e quatro horas, durante todos os duzentos e quarenta e poucos dias de sua gestão, destacando que esse era um feito significativo. Declarou que apreciava números e que estes eram incontestáveis, citando que dois é dois, quatro é quatro e seis é seis. Apresentou dados referentes à área da saúde, afirmando que, durante o ano de dois mil e vinte e quatro (2024),

foram realizados quinze mil setecentos e trinta e nove (15.739) cadastros, enquanto, de janeiro a julho de sua gestão, foram trinta mil quinhentos e cinquenta e um (30.551). Informou que os atendimentos individuais no ano de dois mil e vinte e quatro (2024) totalizaram onze mil cento e sessenta e dois (11.162) e, de janeiro a julho de dois mil e vinte e cinco (2025), nove mil setecentos e nove (9.709). Os atendimentos odontológicos em dois mil e vinte e quatro (2024) somaram dois mil e quarenta e dois (2.042), e, no período de janeiro a julho de dois mil e vinte e cinco (2025), mil oitocentos e oitenta e cinco (1.885). No que diz respeito à vacinação, relatou que em dois mil e vinte e quatro (2024) foram vacinadas mil e seiscentas (1.600) pessoas e, em dois mil e vinte e cinco (2025), de janeiro a julho, novecentas e noventa (990). Quanto às visitas domiciliares, informou que, em dois mil e vinte e quatro (2024), foram realizadas quarenta e nove mil cento e trinta e nove (49.139), e, de janeiro a julho de dois mil e vinte e cinco (2025), trinta e nove mil e noventa e seis (39.096). Sobre procedimentos, afirmou que, em dois mil e vinte e quatro (2024), foram realizados vinte e três mil e um (23.001), enquanto, de janeiro a julho de dois mil e vinte e cinco (2025), vinte mil setecentos e doze (20.712). Declarou ter satisfação em saber que, como prefeito, não ouvia mais relatos de cidadãos que precisavam escolher entre comprar medicamentos essenciais à manutenção da vida e saúde ou fazer a feira, como ocorria anteriormente. Ressaltou que as críticas e cobranças feitas eram legítimas e fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão, agradecendo por elas. Comentou sobre os atrasos em exames especializados e cirurgias, reconhecendo os desafios da saúde. Afirmou conhecer profundamente o município, tanto a zona rural quanto a urbana, e que, anteriormente, muitas pessoas relatavam consultas e exames pendentes há um, dois ou três anos. Destacou que, com apenas oito meses de gestão, os desafios permaneciam, mas que a cobrança era necessária. Propôs ao servidor Bruno e à profissional Olindina um desafio: levantar e apresentar dados sobre o tempo de resposta do serviço, desde a entrada do cidadão na unidade básica de saúde ou hospital até a realização de exames e cirurgias eletivas, com o objetivo de comparar resultados e identificar avanços. Sobre a questão orçamentária, respondeu à análise feita pelo presidente da Casa, afirmando que o mínimo constitucional de investimento em saúde era de quinze por cento, enquanto, no momento, o município aplicava vinte e um por cento (21%) de recursos próprios. Explicou que alguns empenhos ainda não haviam sido liquidados por pendências na entrega de mercadorias, conforme havia mencionado a secretária de saúde. Ressaltou que o problema não era exclusivo de Serra Negra do Norte, mas uma realidade nacional após a adoção do pregão eletrônico, que, embora democratizasse e reduzisse custos, apresentava dificuldades com fornecedores distantes, sem logística ou interesse em atender adequadamente. Reconheceu a legitimidade do questionamento feito pela vereadora Ana Karinne e afirmou que medidas administrativas, como notificações a empresas, estavam sendo tomadas, embora sem respostas imediatas, diferentemente da urgência das necessidades da população. Acrescentou que, nos quatro primeiros meses de sua gestão, foram investidos um milhão e setecentos mil reais (R\$1.700.000,00) de recursos próprios na saúde, valor além dos quinze por cento constitucionais, e que, no mesmo período, haviam sido pagos mais de dois milhões de reais referentes a um empréstimo de quinze milhões de reais, contraído na gestão anterior junto à Caixa Econômica, através do programa FINISA. Explicou que o objetivo do empréstimo era a construção de um distrito industrial e de nove usinas de energia solar, das quais apenas cinco haviam sido ligadas. As demais não foram conectadas porque o projeto não havia sido submetido à COSERN, situação que sua gestão buscava resolver, com tratativas junto à ANEEL e à própria concessionária. Destacou que o município, com um Fundo de Participação dos Municípios (FPM) classificado como zero seis, não tinha capacidade de arcar com uma prestação mensal de trezentos e sessenta mil reais (R\$360.000,00) por noventa e oito meses, tornando essencial a união de esforços da população, já que a capacidade de investimento próprio estava comprometida e dependeria de emendas parlamentares. Destacou que, nos últimos cinco anos, o município havia recebido mais de vinte milhões de reais (R\$20.000.000,00) de receita extra da Compensação Financeira por Exploração Mineral (CFEM), recurso que deixou de ser significativo após mudança nas regras de distribuição pela Agência Nacional de Mineração, que passou a beneficiar apenas municípios produtores. Informou que, no primeiro semestre de dois mil e vinte

e quatro (2024), Serra Negra do Norte recebeu cerca de cinco milhões de reais (R\$5.000.000,00) de CFEM, mas que, no primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco (2025), o valor recebido foi reduzido a valores irrisórios, como dois mil reais (R\$2.000,00) e seiscentos e setenta e nove reais (R\$669,00), representando uma perda superior a quatro milhões de reais (R\$4.000.000,00) em receita para o município. O vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** solicitou questão de ordem e, dirigindo-se ao prefeito, pediu desculpas por interromper sua fala, justificando que se tratava de uma audiência pública sobre saúde e que o assunto estava sendo desviado. Afirmou que, quando um cidadão tentou falar, sua fala foi cortada, e que o foco deveria permanecer na saúde. Acrescentou que discutir empréstimo mudava o teor da audiência pública. O cidadão **JOSÉ LUIZ DA SILVA**, da plateia, interrompeu sem autorização e afirmou que o empréstimo havia sido aprovado e que agora ninguém queria que fosse comentado. Disse ainda que quem votou a favor foram os vereadores do “outro lado”, e não os do “lado de cá”. O presidente **JAIRO FLAUZINO** pediu para manter a ordem, esclarecendo que a aprovação do empréstimo havia sido unânime entre todos os vereadores. Ressaltou que não estavam ali para jogar culpa em ninguém e solicitou que a ordem fosse mantida para que o prefeito pudesse fazer suas considerações. Pediu respeito e lembrou do temor de que a audiência se tornasse desrespeitosa como a anterior, enfatizando que todos eram adultos e poderiam manter o controle. Finalizou solicitando ao prefeito que prosseguisse com sua fala, mas que, conforme sugerido pelo vereador Nêgo, se mantivesse no tema da saúde. O **PREFEITO – ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO** afirmou que um assunto não estava desvinculado do outro, pois as cobranças feitas exigiam recurso financeiro. Justificou que, se o município tivesse em caixa dois milhões de reais, valor pago em empréstimo, a realidade seria diferente. Destacou que, apesar das dificuldades financeiras, os números demonstravam avanços na área da saúde, fruto do compromisso da gestão. Ressaltou que a saúde era tratada sem bandeira partidária e sem favorecimentos, mencionando que nunca encaminhara paciente algum diretamente da prefeitura para a Secretaria de Saúde, sendo todos os atendimentos, exames, cirurgias e procedimentos realizados tecnicamente pela equipe da pasta, independentemente de posicionamentos pessoais em relação a ele. Afirmou que a saúde era um direito constitucional e que, apesar das dificuldades do sistema brasileiro, o Sistema Único de Saúde era motivo de agradecimento, por ser universal e gratuito, ao contrário de países desenvolvidos onde, segundo ele, pessoas morriam por não terem condições de pagar por procedimentos. Esclareceu, em relação à análise feita pelo presidente da Câmara, que havia diferença entre orçamento e disponibilidade financeira, sendo o orçamento apenas uma previsão e o financeiro o recurso real disponível em caixa. Informou que o município investia seis por cento a mais do que o mínimo constitucional exigido para a saúde, aplicando vinte e um por cento frente aos quinze por cento obrigatórios, mesmo diante das dificuldades. Comentou sobre problemas pontuais de logística, transporte e atendimento, relatados durante a audiência, afirmando que, diante de um universo de mais de nove mil e setecentos (9.700) atendimentos individuais realizados até julho, casos isolados faziam parte do processo de trabalho, embora não justificassem falhas, que sempre deveriam ser corrigidas. Destacou conquistas da gestão, como a implantação da saúde do trabalhador, a ampliação do atendimento nas unidades básicas de saúde em dois dias da semana para atender trabalhadores que não podiam se ausentar do trabalho, a coleta de exames laboratoriais nas unidades da zona rural com técnicos de enfermagem, a presença de técnicos de enfermagem em todos os postos desde o início da gestão, a reabertura da Unidade Básica de Saúde do Cará-cará, a implantação de mais uma equipe do Programa Saúde da Família, a abertura da Unidade Básica de Saúde do bairro da Liberdade e a conquista de uma unidade odontológica móvel pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, sendo Serra Negra do Norte um dos dezoito municípios contemplados no estado do Rio Grande do Norte. Informou ainda que o município havia sido contemplado com um pacote de novas unidades básicas de saúde pelo PAC da saúde e anunciou, com satisfação, a liberação de uma emenda parlamentar no valor de trezentos e trinta e dois mil reais (R\$332.000,00) para o Hospital Maternidade, recurso viabilizado com apoio de lideranças políticas e que, segundo ele, representava um reforço financeiro importante para o plano de trabalho da APAMI. Encerrando sua fala, agradeceu à

1196 população, aos vereadores e à Câmara Municipal pela oportunidade de prestar esclarecimentos e
1197 reafirmou seu compromisso de servir à população, expressando orgulho pela equipe com a qual
1198 trabalhava, desde os serviços gerais até os profissionais especializados, e declarou seu amor pelo
1199 município de Serra Negra do Norte. O vereador **JAIRO FLAUZINO**, esclareceu que, ao
1200 apresentar o diagnóstico anteriormente, os dados utilizados haviam sido retirados do portal da
1201 transparência da prefeitura, ressaltando que, caso houvesse algum erro, este se devia à
1202 inconsistência das informações disponibilizadas no portal. Agradeceu a presença de todos os
1203 participantes da audiência, incluindo o prefeito, a secretária e os vereadores, manifestando
1204 satisfação com a realização do evento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a
1205 presente sessão às vinte e duas horas e quarenta e um minutos (22h41), sendo esta ata lavrada para
1206 registro dos fatos ocorridos. Após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Em seguida, o
1207 Presidente convocou todos os vereadores a se fazerem presentes na vigésima primeira (21ª) Sessão
1208 Ordinária que será realizada no dia vinte e sete (27) de agosto. Câmara Municipal de Vereadores
1209 de Serra Negra do Norte, dezenove (19) de agosto de dois mil e vinte e cinco (2025).